

Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovia Centro Atlântica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro Atlântica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 4 (t) e nº 22 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes ferroviários de carga à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo, sendo altamente dependente do ambiente de tecnologia da informação e requerendo uma estrutura robusta para suportar as transações de monitoramento da prestação dos serviços e de faturamento, desde a captura, o processamento e o registro das transações. Esse assunto foi considerado como um PAA em virtude da complexidade, do alto nível de dependência do ambiente de tecnologia da informação e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento de receita.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Para responder a esse PAA, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- (i) Entendimento do processo e avaliação do desenho e da implementação das atividades relevantes, bem como a efetividade da operação de controles internos da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento da receita.
- (ii) Envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para reconhecimento da receita.
- (iii) Teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto, com base na estimativa elaborada pela Diretoria, em função da satisfação das obrigações de desempenho ao longo do tempo.
- (iv) Teste, em base amostral, sobre a exatidão da emissão de faturas.
- (v) Avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiência no controle interno relacionada ao processo de revisão do teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis pela Companhia, bem como identificamos ajustes, registrados pela Companhia, os quais foram discutidos com a Diretoria e comunicados aos órgãos de governança. Em função disso, alteramos a nossa abordagem de auditoria, ampliamos a extensão e modificamos a natureza de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis ("impairment")

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4 (k) e nº 13.1 às demonstrações financeiras, a Companhia realiza anualmente análise da existência de indicadores de "impairment" e, caso necessário, efetua a mensuração do valor recuperável, a fim de concluir sobre a necessidade de provisão para perdas ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis. Esse assunto foi considerado como um PAA em virtude da existência de indicadores de "impairment" que ensejaram a elaboração da mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, alto grau de julgamento empregado pela Diretoria para mensurar a provisão para perdas, que requer a utilização de conhecimento técnico e do histórico das operações da Companhia, e a realização de projeções dos resultados futuros, a fim de mensurar o valor recuperável dos referidos ativos.

Para responder a esse PAA, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Avaliação da existência de indicadores de "impairment".
- (ii) Entendimento do processo e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes da Companhia sobre a análise de recuperação dos ativos.
- (iii) Avaliação dos critérios utilizados para definição da unidade geradora de caixa.
- (iv) Avaliação da premissa de renovação da concessão considerando que a renovação está sob o controle do Poder Concedente.

- (v) Envolvimento dos nossos especialistas em avaliação financeira para nos auxiliar na avaliação da adequação do modelo utilizado pela Diretoria para mensurar a recuperação dos ativos (fluxo de caixa descontado), especificamente com referência à taxa de desconto e consistência do teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis.
- (vi) Avaliação das principais premissas de negócio utilizadas no modelo de fluxo de caixa descontado, mais especificamente relacionadas às entradas e saídas de caixa projetadas oriundas das receitas, custos projetados e estimativas de indenizações do Poder Concedente ao final do prazo da concessão.
- (vii) Avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de avaliação do valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis (“impairment”) da Companhia, bem como identificamos ajustes, os quais foram discutidos com a Diretoria e comunicados aos órgãos de governança, registrados pela Companhia.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a avaliação de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis realizada pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2022 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2 "T" MG

Relatório da Administração

1. Mensagem da Diretoria

O ano de 2022 foi marcado por um início desafiador para a operação da VLI devido ao elevado volume de chuvas na região central de Minas Gerais, ocasionando paralisações parciais da malha da Ferrovia Centro Atlântica e das malhas de terceiros utilizados pela companhia.

Apesar desse impacto inicial a VLI conseguiu recuperar-se ao longo dos demais trimestres, finalizando o ano com uma Receita Líquida 18% superior à 2021, com boa demanda proveniente de todos os segmentos de atuação. Da mesma forma nosso EBITDA recorrente cresceu 20% (atingindo R\$ 3.35 bilhões) – esse indicador, que está diretamente relacionado com geração de Caixa Operacional, permitiu fecharmos o ano com uma redução no endividamento líquido para 2.07 x EBITDA recorrente.

Dentro os muitos avanços de negócio, governança e operacionais que tivemos em 2022 destacamos:

- O início da operação de transporte de celulose solúvel para a LD - esse contrato possui duração de 30 anos e vincula-se à estratégia do cliente, que construiu uma nova fábrica integrada à nossa malha no município de Indianópolis (MG).
- O início das atividades do Terminal Porto Franco (TIPF) no Maranhão. Essa unidade possui capacidade de movimentar 600 mil toneladas por ano, com destaque para as cargas de soja e milho provenientes do Maranhão, Pará e Piauí.
- A celebração do contrato para gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS) em conjunto com outras operadoras.
- A eleição da Sra. Mônica Stefanini Herrero, o primeiro membro independente do nosso Conselho de Administração, o que fortalecerá ainda mais nossas melhores práticas de Governança Corporativa.

Em 2023 seguiremos nosso plano de crescimento, ampliando relacionamentos com nossos clientes através da co-criação de soluções para geração de valor sustentável, reduzindo e/ou eliminando gargalos logísticos, reforçando nossos cuidados com a Saúde e Segurança, acelerando nossa agenda para equidade de gênero e fortalecendo os vínculos com as comunidades conectadas conosco.

Seguimos com nosso propósito de Transformar a Logística do Brasil.

Fabio Marchiori
CEO interino / CFO

2. Resultados

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus últimos 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2020	2021	2022
Receita bruta	2.989	3.250	3.448
Receita líquida	2.689	2.887	3.048
EBITDA	943	821	(639)
EBITDA recorrente (i)	943	992	807
Resultado do exercício	(205)	(416)	(2.541)
Resultado do exercício recorrente (ii e ii)	(205)	(245)	(628)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	24.879	23.963	23.040
Dívida bruta (iii)	-	-	1.114
Caixa e aplicações financeiras	361	193	444
Dívida líquida	-	-	670

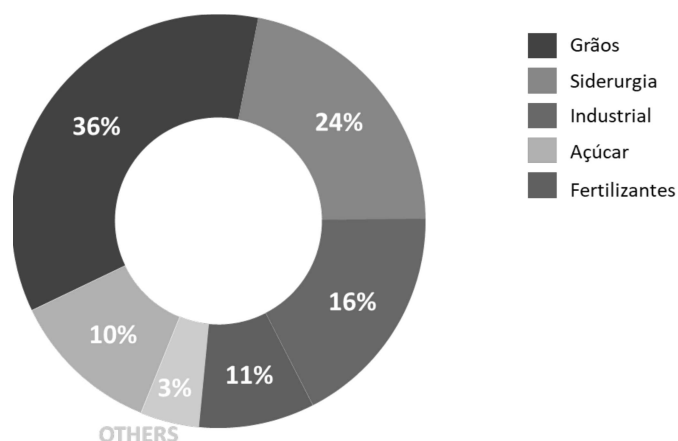
(i) Ajustado por R\$ 1.314MM de redução de valor recuperável de ativos da Concessão e R\$ 132MM de redução de valor recuperável de ativos individuais.

(ii) Ajustado por R\$ 380MM de baixa de ativos diferidos e R\$ 87MM referentes a redução de valor recuperável de ativos alocada como depreciação acelerada.

(iii) Considera apenas Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

A companhia conduziu análises financeiras e optou por realizar a redução do valor recuperável de seus ativos não operacionais tangíveis e intangíveis no montante de R\$ 1.533 milhões, além de reduzir o valor reconhecido de ativos diferidos fiscais associados à essa Concessão (R\$ 380 milhões de redução). É importante ressaltar que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até 2026, ano de término do Contrato atual de concessão. Dessa forma esses efeitos não impactam posição de Caixa e, tampouco, nossas operações e/ou obrigações financeiras (*covenants*).

O Grupo VLI apresentou um mix estrategicamente diversificado, conforme abaixo:



A manutenção do percentual do custo do serviço prestado sobre a receita líquida no mesmo patamar do último ano incluindo efeitos inflacionários contou com o protagonismo da co-criação e precificação com os clientes. Não obstante, e dentro do seu mapa de direcionadores internos, no último ano houve o fortalecimento de seus programas de modelo de gestão nas unidades de negócio com a busca pela eliminação de desperdícios com o foco na estabilidade operacional e programas de produtividade prioritários tais como, melhoria da eficiência energética, essenciais para o custo variável que sofreu aumento no preço do diesel em 47% , alocação correta da manutenção e modernização dos seus ativos e revisão de seus contratos de serviços e materiais.

3. Investimentos e Financiamentos

(a) Investimentos realizados

Os investimentos do Grupo em ativos imobilizados e intangíveis atingiram R\$ 1,8 bilhões em 2022; tal volume de recursos foi alocado em projetos para aumento de capacidade de transporte e elevação portuária, extensão de vida útil e aumento de eficiência dos ativos operacionais bem como projetos para preservação do meio ambiente e da saúde e segurança dos colaboradores.

Em Dezembro assinamos, em conjunto com outros operadores ferroviários, o contrato para a gestão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS) pelos próximos 35 anos.

(b) Financiamentos

Ao longo do ano a FCA emitiu uma Debenture de R\$ 600 milhões e uma Nota de Crédito à exportação no valor de R\$ 500 milhões.

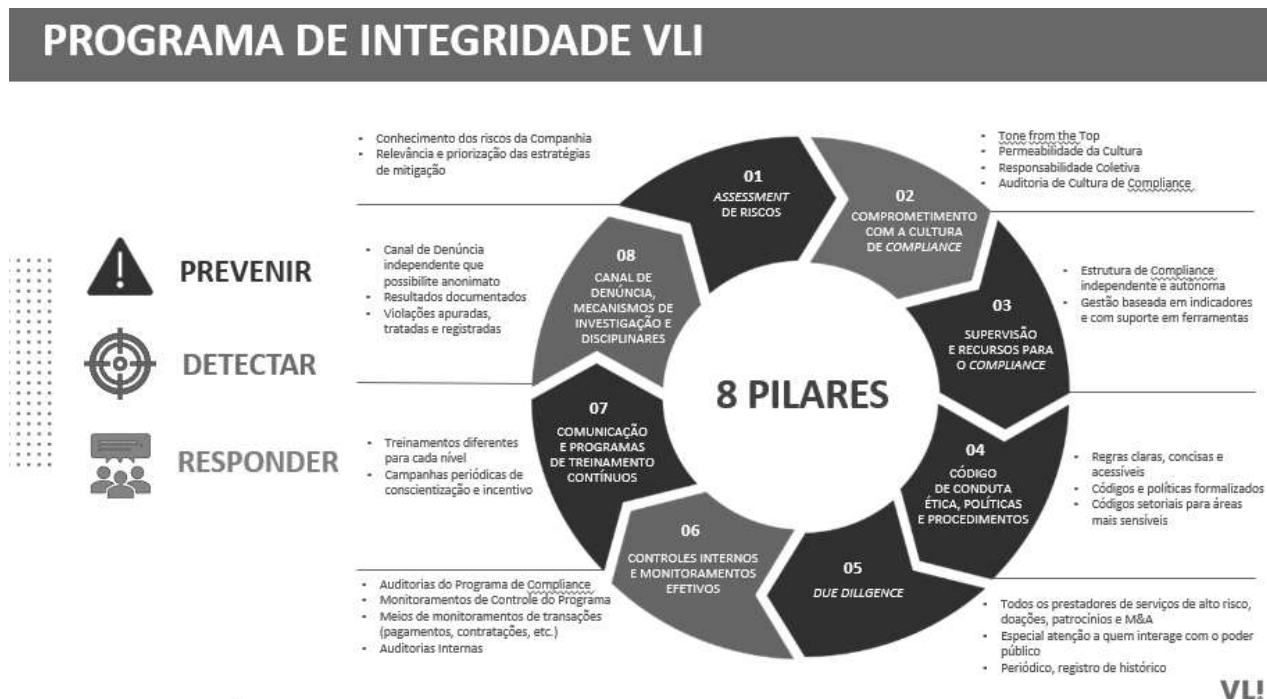
Atualmente o Grupo possui um índice de alavancagem (Dívida líquida / EBITDA Recorrente) de 2,07 x e um prazo médio de vencimentos de 2,3 anos.

4. Ética e Integridade:

A VLI tem uma preocupação contínua em manter os mais elevados padrões de Ética e Conformidade em todas as atividades do negócio, pois acredita ser esse o único caminho para criar e compartilhar valor para toda a sua cadeia de relacionamento (clientes, empregados, acionistas, parceiros e comunidades). Por isso, está sempre trabalhando em prol da integridade e da civilidade.

Buscamos inspirar e engajar todos os empregados e parceiros a se comprometerem com as diretrizes e valores éticos que devem nortear todas as ações, atividades e negócios da Companhia. Este compromisso foi renovado em 2021 após a revisão do Código de Conduta Ética.

O Programa de Ética e Conformidade da VLI é estruturado a partir dos elementos de prevenção, detecção e respostas, cujos pilares são baseados na metodologia ABC (*Anti-Bribery & Corruption*):



O objetivo do Programa de Ética e Conformidade é estabelecer processos que promovam um ambiente ético, em conformidade ao Código de Conduta Ética da VLI, às Políticas e Procedimento Internos, bem como à legislação aplicável aos seus negócios. As atividades do Programa são reportadas mensalmente ao Comitê de Ética e aos acionistas.

Dentre as iniciativas do Programa de Ética, destaca-se: O lançamento dos “Inegociáveis” que trouxe clareza sobre os comportamentos inadequados que são inadmissíveis e não tolerados na VLI; a campanha “Basta! Na VLI a falta de ética não tem vez” e o normativo de Gestão de Consequências, todos atestando a seriedade e o limite que a Companhia traçou para esse tema.

A VLI renovou a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, que tem o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e a redução das diferentes práticas de corrupção. Essa adesão representa o compromisso da VLI para a aceleração deste tema na Companhia e o seu posicionamento frente ao mercado.

Ainda, em 2022 a VLI implantou um processo adicional de *due diligence* em relação às sanções internacionais. O objetivo dessa análise é assegurar que as sanções impostas contra países, entidades e pessoas físicas pelas principais normas e regulamentos internacionais são cumpridas pela VLI na condução de seus negócios, salvaguardando sua reputação e mitigando o risco da aplicação de sanções, multas e demais penalidades.

Baseado nos valores da Companhia, a VLI disponibiliza um Canal de Ética para colaboradores, terceiros ou qualquer pessoa, mesmo que não tenha vínculo com a empresa, com o objetivo de permitir uma comunicação segura e confidencial. Esse canal pode ser utilizado de forma anônima.

Adicionalmente, como parte de sua estratégia para criar um ambiente íntegro e inclusivo, a VLI implementou em 2022 o canal de ética exclusivo para mulheres, com um atendimento diferenciado e profissionais preparadas para receber, acolher e tratar casos específicos do público feminino.

5. Gestão de Pessoas:

Em 2022 mantivemos focados nas pessoas para sustentar a nossa estratégia “Conexão 2030”. Um caminho que vai nos posicionar como a primeira escolha dos clientes e referência na logística brasileira.

Com o objetivo de ter ao nosso lado as melhores pessoas e deixar um legado de transformação para as gerações futuras do país, a VLI investiu no desenvolvimento e encarecimento dos empregados. A partir da Cultura Organizacional, pautada nos seus comportamentos e crenças e nos seis valores que nos norteiam: Cuidado Genuíno; Orientação para Resultados; Foco na prosperidade dos Clientes; Atitude Certa; Valor Compartilhado e Empreendedorismo.

Buscamos fortalecer a diversidade e a inclusão, para que cada vez mais nosso time encontre na VLI um ambiente em que todos possam ser quem são, sem medo de se expressar. Além disso, nossa busca incansável pela entrega de resultados e nossa paixão por servir serão essenciais e inegociáveis nessa jornada.

Todos os trabalhos direcionados para criar um ambiente de respeito, confiança e sem melindres tem proporcionado o engajamento e redução do turnover para valores inferiores à referência de mercado.

Em 2022 contratamos o primeiro membro independente do nosso Conselho de Administração e avançamos de 16% para 21% a participação de mulheres em posições de liderança.

Foi realizado nesse ano o Censo de Diversidade da VLI, que nos permitiu conhecer melhor a demografia racial da VLI e redefinir nossos desafios de equidade racial, visando ampliar a participação de negros em posições de alta liderança. Tivemos mais de 1.500 participações nos encontros dos grupos de afinidade e lançamos o Programa Disseminadores, que capacitou membros dos grupos para levarem os temas discutidos nas reuniões para outros espaços da VLI.

Em 2022 a VLI lançou também os “Inegociáveis”, reforçando nosso compromisso de garantir um ambiente onde todos sejam respeitados e não tenham receio de se expressar. A alta liderança manteve o envolvimento com o tema, mantendo a atuação como *sponsors* dos grupos além de fomentar a temática nas agendas ao longo do ano.

6. Sustentabilidade

A transformação está no DNA da VLI que ao transportar as riquezas do Brasil, seja pela malha ferroviária, portos ou terminais, alia o desenvolvimento econômico a construção de uma sociedade mais ética, sustentável, diversa e inclusiva. Assim, a VLI tem como visão de futuro transformar a logística do Brasil e se tornar referência em sustentabilidade na logística brasileira.

Para isso, nos comprometemos com seis compromissos que compõem a nossa agenda ESG intitulada como “VLI para o amanhã – conexões para um mundo melhor”. Esses compromissos estão distribuídos em 3 pilares com metas estabelecidas para alcance até 2030: Segurança nas operações; Legado para o planeta e Valor para as relações. Com esses compromissos, buscamos ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, mitigar as mudanças climáticas e fomentar fornecedores locais.

Os compromissos estão vinculados ao planejamento estratégico da companhia, assim como a seu propósito, visão e valores. Em 2022, a agenda de compromissos foi atrelada à remuneração variável da alta liderança, buscando a evolução da agenda. O Comitê de Estratégia e ESG, composto pela Diretoria Executiva suportou o processo com a discussão periódica em reuniões dos temas ambientais, sociais e de governança junto com a estratégia da companhia.

Para promover o engajamento de toda a equipe, são realizadas ações de conscientização de todos os empregados, independentemente de cargos e funções. Em 2022, o treinamento para disseminação de conceitos ESG alcançou 85% da liderança, de supervisores a diretoria.

Em consonância com essa agenda, a VLI se compromete com importantes movimentos como o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos; o Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, proposto pela *Childhood* Brasil; e o Pacto Global da ONU.

Em 2022, foram investidos mais de R\$2 milhões em iniciativas socioambientais que contemplam projetos de educação, cultura e economia circular, beneficiando diretamente cerca de 30 mil pessoas, em 23 municípios.

Entre nossos projetos de 2022, destacam-se:

- As iniciativas de Ajuda Humanitária destinadas aos estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão atingidas pelos fortes temporais.
- Projeto Novo Trilho que transforma o resíduo em renda para a comunidade e para o ecossistema da reciclagem além de preservar o meio ambiente.
- Programa de Educação Ambiental que promove ações de conscientização para empregados e comunidades. Pautada nos Pilares da Unesco para a Educação no Século XXI, a metodologia do programa se baseia no princípio de que a mudança de atitude é resultado do conhecimento. Em 2022, o programa viabilizou treinamento para 8.634 pessoas, entre empregados próprios e terceiros. Foram realizadas campanhas temáticas, como: Semana da Água, Semana do Meio Ambiente e Semana do Resíduo; realizados 248 Diálogos de Educação Ambiental – DEA, que abordaram emissões atmosféricas, efluentes industriais e sanitários, produtos químicos, queimadas urbanas e rurais.

Além das iniciativas de investimento social, a VLI mantém diálogo transparente e permanente com as comunidades que convivem com as suas operações. Uma das ferramentas usada para este fim é o Alô VLI, um canal 0800 disponível para o registro de manifestações. Todas as manifestações são encaminhadas e tratadas.

A VLI cuida do meio ambiente por meio de uma gestão ambiental eficiente, com adoção de ações preventivas no sentido de mitigar os impactos associados às atividades da companhia. Buscamos deixar um legado para as gerações futuras com o desenvolvimento socioeconômico atrelado à preservação ambiental, em sintonia com os ideais de governança e respeito à sociedade em geral.

Neste sentido, as equipes de colaboradores são estimuladas na mitigação de riscos e na constante valorização de novas tecnologias e recursos ambientalmente eficazes e sustentáveis.

Em 2022, a VLI implementou e finalizou mais de 64 hectares de plantio compensatório, atuou no monitoramento da fauna e 4 áreas contaminadas foram reclassificadas como “Área Reabilitada para Uso Declarado”.

Foram realizadas cerca de 320 medições de ruídos e vibrações ao longo do ano e monitoramento de aproximadamente 90 pontos de qualidade do ar com o intuito de continuar zelando pela qualidade do meio ambiente.

Transcorrido o ano foram realizadas mais de 900 atividades de educação ambiental contemplando público interno, escolas, associações de bairro, capacitações ambientais e formação de professores em 09 estados. Entre empregados e comunidades, tivemos mais de 10.000 participações nas atividades educativas do programa Atitude Ambiental.

A companhia monitorou cerca de 358 pontos, dispersos entre 50 municípios, distribuídos entre águas subterrâneas, águas superficiais e efluentes. Para garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados, monitoramentos quali-quantitativos são realizados periodicamente.

Contabilizando as renovações e novas emissões, mais de 33 licenças ambientais e autorizações foram expedidas, além da elaboração e protocolos nos respectivos órgãos ambientais de relatórios de atendimento de condicionantes. Ressalta-se que houve uma redução de mais de 50% no registro de comunicação de ocorrências com impactos significativos para órgãos ambientais nos últimos dois anos.

Desta forma contribuímos efetivamente para a sociedade e legado para o Planeta.

7. Auditores Independentes:

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

Ferrovia Centro Atlântica S/A
CNPJ 00.924.429/0001-75
Balanco Patrimonial - BP

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	443.958	193.828
Contas a receber	6	121.923	101.256
Estoques	8	222.388	194.350
Tributos a recuperar	9	62.392	76.009
Demais ativos	10	32.312	24.218
		882.973	589.661
Total do ativo circulante			
Não circulante			
Contas a receber	6	291.622	282.346
Tributos a recuperar	9	370.251	306.248
Contas a receber da RFFSA (União)	11(a)	127.502	120.394
Demais ativos	10	4.519	4.495
Depósitos judiciais	11	122.702	102.670
Tributos diferidos sobre o lucro	26(a)	-	489.478
Imobilizado	12	1.696.800	1.703.928
Intangível	13	3.083.580	4.916.391
		5.696.976	7.925.950
Total do ativo não circulante			
		6.579.949	8.515.611
Total do ativo			
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	400.367	365.663
Contas a pagar	14	22.089	10.140
Empréstimos e financiamentos	20	13.658	-
Debêntures	20	2.185	-
Mútuo	17	100.090	612
Tributos a recolher	15	45.226	12.951
Obrigações sociais e trabalhistas	16	137.037	115.362
Arrendamentos e concessão	18	473.027	667.074
Antecipações de clientes	19	26.069	29.675
Demais passivos		-	8.744
Receitas diferidas	19	1.889	2.050
		1.221.637	1.212.271
Total do passivo circulante			
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	20	500.000	-
Debêntures	20	598.847	-

Mútuo	17	-	100.000
Arrendamentos e concessão	18	1.446.753	1.819.199
Receitas diferidas	19	15.793	17.680
Benefícios a empregados	28	-	584
Provisões para processos judiciais	11	814.151	841.453
		3.375.544	2.778.916
Total do passivo não circulante			
Patrimônio líquido	21		
Capital social		4.663.323	4.663.323
Prejuízos acumulados		-2.680.555	-138.899
		1.982.768	4.524.424
Total do patrimônio líquido			
		6.579.949	8.515.611

Ferrovias Centro Atlântica S/A
CNPJ 00.924.429/0001-75
Demonstração de Resultado do Exercício - DRE

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de serviços prestados	22	3.048.611	2.886.693
Custo dos serviços prestados	23	-3.182.854	-2.739.535
Lucro (prejuízo) bruto		-134.243	147.158
Receitas (despesas) operacionais		-1.676.064	-380.711
Gerais e administrativas	24(a)	-100.182	-116.571
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24(b)	-256.934	-110.437
Redução no valor recuperável de ativos	13.1	-1.313.676	-170.935
Ganho (perda) líquidos sobre ativos financeiros	6	-5.272	17.232
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		-1.810.307	-233.553
Resultado financeiro	25	-241.872	-137.903
Receitas financeiras		46.947	24.742
Despesas financeiras		-312.756	-186.791
Ganhos com variação monetária e cambial		23.937	24.146
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		-2.052.179	-371.456
Imposto de renda e contribuição social	26	-489.477	-45.022
Tributos correntes		-	2.311
Tributos diferidos		-489.477	-47.333
Prejuízo líquido do exercício		-2.541.656	-416.478
Prejuízo líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	21(c)	-17,8	-3

Ferrovia Centro Atlântica S/A**CNPJ 00.924.429/0001-75****Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL**

	Capital	Reservas de	Prejuízos	Total
	social	capital	acumulados	
Em 31 de dezembro de 2020	4.663.258	17.644	-	4.680.902
Aumento de capital por transferência de AFAC	65	-	-	65
Constituição de reservas (Nota 21)	-	259.935	-	259.935
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício	-	-	-416.478	-416.478
Total do result	-	-	-416.478	-416.478
Absorção de prejuízos com reservas		-277.579	277.579	-
Em 31 de dezembro de 2021	4.663.323	-	-138.899	4.524.424
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício	-	-	-2.541.656	-2.541.656
Total do result	-	-	-2.541.656	-2.541.656
Em 31 de dezembro de 2022	4.663.323	-	-2.680.555	1.982.768

Ferrovia Centro Atlântica S/A
CNPJ 00.924.429/0001-75
Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		-2.541.656	-416.478
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	23 e 24	1.170.667	1.054.897
(Reversão) provisão para perdas de estoques		-863	9.725
Perda de recebíveis	24(b)	611	30.061
Baixa de tributos	24(b)	27.861	-
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	6	5.272	-17.232
Provisões para processos judiciais, líquidas	11, 24(b) e 25	150.262	90.469
Provisão para baixa de ativos	24(b)	149.944	-
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	25	-23.937	-24.146
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	24(b)	8.288	9.079
Receitas diferidas		-2.048	-2.048
Encargos de fianças bancárias	25	-	-1
Juros sobre mútuo	25	29.292	612
Ajuste a valor presente	25	-12.227	-12.456
Despesas com benefícios a empregados		-49	-850
Tributos diferidos sobre o lucro	26(a)	489.477	47.333
Despesas financeiras – arrendamentos	25	159.399	172.667
Despesas financeiras - juros sobre financiamento e debêntures	25	56.888	-
Despesas financeiras - custo transação sobre financiamento e debêntures	25	299	-
Reconhecimento de créditos tributários	24(b)	-	-18.493
Redução no valor recuperável de ativos	13.1	1.313.676	170.935
		981.156	1.094.074
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		-23.598	25.636
Instrumentos financeiros derivativos		-	-191
Estoques		-27.175	-1.941
Tributos a recuperar		20.255	57.222
Depósitos judiciais		-17.295	-17.778
Contas a receber da RFFSA (União)		-3	-2.742
Demais ativos		-1.946	5.689
Fornecedores		33.814	37.934
Contas a pagar		11.949	-7.242
Tributos a recolher		32.275	516
Tributos a recolher sobre o lucro		-	7.688
Obrigações sociais e trabalhistas		21.675	26.193
Benefícios a empregados		-535	-354
Antecipações de clientes		-3.606	-4.705
Provisão para processos judiciais	11	-177.564	-108.300

Demais passivos		-9.572	3.207
Caixa líquido gerado pelas operações		839.830	1.114.906
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-7.688
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		839.830	1.107.218
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	24(b)	685	2.712
Aquisição de imobilizado e intangível	4(w), 12 e 13	-706.961	-448.777
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		-706.276	-446.065
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida dos custos de transação	20	1.098.043	-
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-40.542	-
Aporte de mútuo	17	400.000	100.000
Pagamento de mútuo	17	-429.544	-
Pagamentos de obrigações de arrendamento	18	-911.381	-928.150
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		116.576	-828.150
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		250.130	-166.997
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	193.828	360.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	443.958	193.828

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 4(x).

Ferrovia Centro Atlântica S/A
CNPJ 00.924.429/0001-75
Demonstração do Valor Adicionado - DVA

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Vendas brutas de serviços (Nota 22)	3.438.515	3.249.501
Outras receitas	135.984	212.934
Perdas por redução ao valor recuperável – reversão / constituição (Nota 6)	-5.272	17.232
	3.569.227	3.479.667
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-794.428	-773.540
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-1.342.091	-1.097.581
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	30.574	-48.947
Redução no valor recuperável de ativos (Nota 15.1)	-1.313.676	-170.935
Outros	-247.512	-53.218
	-3.667.133	-2.144.221
Valor adicionado bruto	-97.906	1.335.446
Depreciação e amortização	-1.170.667	-1.054.897
Valor adicionado líquido produzido	-1.268.573	280.549
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	75.777	50.450
	75.777	50.450
Valor adicionado total a distribuir (retido)	-1.192.796	330.999
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	477.875	452.460
Remuneração direta	305.793	292.171
Benefícios	117.952	106.658
FGTS	23.509	24.286
Outros	30.621	29.345
Impostos, taxas e contribuições	556.306	108.332
Federais	532.552	88.470
Estaduais	23.312	19.010
Municipais	442	852
Remuneração de capitais de terceiros	314.679	186.685
Remuneração de capital próprio	-2.541.656	-416.478
Valor adicionado distribuído (retido)	-1.192.796	330.999

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) é uma sociedade por ações de capital aberto, sem negociações de ações, com sede na cidade de Belo Horizonte e tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. O endereço de sua sede é Rua Sapucaí, nº 383, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

O controlador final da Companhia é a VLI S.A..

A Companhia detém a concessão de serviços de transporte ferroviário de cargas, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Concessão	Área de abrangência	Término da Concessão
Malha Centro Leste	Trechos nos estados de: Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal	Agosto de 2026
Malha Paulista	Trecho entre Araguari - MG e Boa Vista – SP	

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, a critério exclusivo da concedente, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente.

Em maio de 2007, a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. atua na prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, atuando nos estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 8.357 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito acima, passando o mesmo a compor os ativos de concessão da Malha Centro Leste. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (“VLI Multi”) (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da Resolução Nº 5.101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente foram revogados, devido as mudanças ocorridas nos programas de governo, permanecendo sob a responsabilidade da FCA. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a quitação da obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2019, a FCA concluiu acordo com a ANTT, União e Ministério Público, de se substituir a realização dos investimentos relacionados à Resolução 4.131, pela quitação pecuniária em 60 parcelas a se iniciarem em janeiro de 2020, do montante atualizado até a data base de junho de 2019, de R\$ 1.203.860. Este valor já se apresentou líquido pela homologação de obras realizadas pela FCA e no montante de R\$ 111.638 (Nota 18).

Solicitação de renovação da concessão da FCA

Os contratos de concessão da FCA, têm prazos de vencimento previsto para 2026. A Companhia já protocolou pedido formal de prorrogação antecipada do prazo do contrato de concessão, que foi devidamente qualificado por meio do Decreto Presidencial nº 9.059/17, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Neste íterim, foi sancionada a Lei nº 13.448/2017, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 752/2016, que estabelece as diretrizes gerais para prorrogação, inclusive antecipada e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334/2016, nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário da Administração Pública Federal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o pedido de renovação encontra-se em estágio de análise das contribuições oriundas da etapa de audiência pública realizada pela ANTT.

Ofício-circular ANTT - 482/2020

No dia 06 de Abril de 2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, orientou, através do ofício-circular Nº 482/2020/CECAF/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, que caberá às concessionárias manifestarem interesse formal em dar andamento à extinção do contrato de arrendamento de bens vinculados ao contrato de concessão de cada Concessionária ("Contrato de Arrendamento").

No dia 03 de Julho de 2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, orientou, através do ofício-circular Nº 12341/2020/COAMA/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, que a extinção dos contratos de arrendamento não se trata de faculdade das concessionárias, e sim conforme manifestação constante no parecer da PF/ANTT, de imposição legal, a que se sujeitam todos os contratos de arrendamento vigentes, firmados com todas as concessionárias de exploração de infraestrutura e serviços de transporte ferroviário de cargas.

A FCA aderiu ao Decreto de Fim do Arrendamento em 27 de agosto de 2020 (Carta 435 GEARC), uma vez que a adesão passou ser obrigatória (Ofício 12341 COAMA), e por estar apta ao processo, tendo sido solicitada pela FCA revisão e esclarecimento da lista de bens, com novo protocolo em 27 de outubro de 2020 (Carta 554 GEARC).

No dia 03 de dezembro de 2020, através da Nota Técnica 5811/2020, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, conclui que a concessionária FCA encontra-se habilitada para a extinção do contrato de arrendamento nos termos definidos pela ANTT, tendo avaliado que a Concessionária deverá ter a obrigação de, ao final do período da concessão, reverter à União uma quantidade mínima de vagões cujo somatório seja igual ou superior a 2.389.271,02 toneladas e uma quantidade mínima de locomotivas cujos somatórios de "potência bruta" e de "esforço trator" sejam iguais ou superiores a 667.790hp e 7.541.161 kgf, respectivamente.

No dia 04 de dezembro de 2020 e através do Ofício 22684 COAMA, a ANTT divulgou os requisitos de publicidade aos processos de extinção dos contratos de arrendamento de bens vinculados ao contrato de concessão, tendo a FCA cumprido as exigências e estando as informações divulgadas em seu sítio eletrônico bem como da ANTT.

A adesão ao Ofício supracitado implicará na transferência dos bens móveis de arrendamento, em seu estado atual, à FCA, sendo obrigação da mesma, ao final da Concessão, reverter à União ativos que correspondam a esta mesma capacidade (tonelada transportada de vagão e potência tracionada de locomotivas).

Os bens imóveis arrendados, por sua vez, serão excluídos do Contrato de Arrendamento, sendo firmado um termo de cessão de uso diretamente com o DNIT.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo referente tanto aos bens móveis quanto imóveis encontra-se sob análise por parte da ANTT, sendo que DNIT já realizou as análises das minutas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração possui capacidade instalada própria suficiente para suprir, ao final da Concessão, a capacidade calculada e divulgada acima, não se fazendo necessários investimentos adicionais. Desta forma, os eventuais impactos se limitarão a reclassificação de eventuais ativos da rubrica de imobilizado para intangível.

Consórcio Railnet (“Railnet”)

Em 19 de julho de 1999 foi celebrado um contrato, entre a FCA, ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (anteriormente Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A., Ferrovia Sul-Atlântico S.A. e Ferrovia Novoeste S.A.), Ferronorte Participações S.A., ;Vale S.A. (anteriormente Companhia Vale do Rio Doce) e Companhia Transnordestina Logística S.A. (anteriormente Ferroviária do Nordeste), que teve por objeto a constituição de um Consórcio para se realizar empreendimento específico visando autorizar uma companhia do ramo de telefonia a adquirir um direito de construir dutos para passagens de fibras óticas no percurso de São Paulo à Recife, incluindo algumas regiões de Minas Gerais.

A operação da Railnet atualmente encontra-se em estado dormente.

Continuidade operacional

A Companhia apresentou prejuízos em 2022 e 2021, está se recuperando dos prejuízos de exercícios anteriores, e possui estratégia e projeções de lucros nos próximos anos, como pode ser observado na Nota 26 (Imposto de renda e contribuição social), na projeção de realização do prejuízo fiscal e base negativa. As projeções de lucro para os exercícios seguintes sustentam a conclusão da Administração quanto a não existência de incertezas sobre a sua capacidade de continuidade operacional.

Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para Companhias em continuidade operacional.

2 – Base de preparação e principais políticas contábeis

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Referência à Estrutura Conceitual e apresentação das demonstrações contábeis
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) e IFRS - Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8 / CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12 / CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação
Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Alteração ao IAS 1 – “Apresentação das demonstrações contábeis:

De acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:

- (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento Passivos por Desativação, Restauração e Outros
- (ii) Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo

- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*. A data de vigência das alterações ainda não foi definida

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Alteração ao IAS 16 / CPC 27 - “Ativo imobilizado”: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionadas devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37 / CPC 25 – “Provisão, passivos contingentes e ativos contingentes”: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:

- IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução no valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos não financeiros para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de redução do valor recuperável, quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual redução do valor recuperável.

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12 / ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16 / CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(d) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) - VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio do resultado.

(e) Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, aos títulos registrados em contas a receber. A metodologia de redução do valor recuperável aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por:

- (i) mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira e;
- (ii) mensurar provisões para perdas de crédito esperada para 12 meses para os ativos com características específicas listados abaixo:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de "Take or pay"; e;

(i) perda de crédito para vida inteira - <i>lifetime expected credit losses – lifetime - ECL</i>	(ii) perda de crédito esperada para 12 meses – <i>12 month expected credit losses – 12 month ECL</i>
Segregação da carteira de recebíveis por safras de produção de crédito semestrais Segregação de títulos com natureza específica ou com partes relacionadas para evitar contaminação Compilação de média linear de 3 safras Aplicação do fator de PIB agropecuário como índice de sensibilização futura sobre os percentis de perda	Acompanhamento da evolução do risco de crédito dos créditos específico por se tratarem de títulos com natureza específica

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(f) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por redução ao valor recuperável (Nota 4(e)).

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(g) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, que pode ser o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(h) Consórcios

As atividades essenciais do Consórcio Railnet não são definidas pela FCA e portanto, as atividades são registradas pelo CPC 48 / IFRS 9.

(i) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Locomotivas e vagões	12
Máquinas, equipamentos e instalações	20
Edifícios e benfeitorias	22
Via permanente	28

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

(j) Intangível

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se dividem em:

- (i) Direitos de concessão - Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado malha paulista sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferroban) (Nota 1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

Amortização

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Benfeitorias em bens arrendados	15
Direitos de concessão e subconcessão	9
Direitos de uso	21
Locomotivas e vagões	16
Softwares	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(k) Redução no valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. As revisões de redução do valor recuperável são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível redução do valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação da redução do valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação da redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por redução do valor recuperável, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do redução do valor recuperável na data do balanço.

(l) Fornecedores e contas a pagar (risco sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresa da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto (custeado pelo próprio fornecedor) e, quando contratado entre banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(n) Arrendamentos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

O registro dos direitos de uso segue as características dos ativos subjacentes, tendo sido as locomotivas, vagões e terminais registrados no imobilizado (Nota 13). Por sua vez, os ativos referentes aos contratos de arrendamento e concessão com a RFFSA e FERROBAN e os direitos atrelados aos compromissos referentes a Resolução 4.131/13 e aditivados ao contrato de concessão, foram registrados no intangível (Nota 13).

As taxas de desconto utilizados pela Companhia em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 são:

	FCA
Vagões	de 8,03% a 8,95%
Locomotivas	de 8,04% a 10,11%
Terminais	de 7,90% a 9,91%
Concessão	11,04%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F – embasaram o cálculo das taxas incrementais em 1º de janeiro de 2019	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(o) Concessões

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as Companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. O primeiro contrato trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidos as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Para FCA embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- (i) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.
- (ii) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

(p) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são os processos judiciais onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 12), sendo a Companhia um agente no litígio.

(q) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e desde que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(r) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

Os programas de Incentivos de longo prazo oferecidos pelas Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, "Grupo VLI" ou "Grupo") (*Matching e Phantom*) estão descritos na Nota 28. Os referidos incentivos classificam-se como "outros benefícios de longo prazo" pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV (“unidades de valor virtual”) a cada data-base de reporte.

(s) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento de capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

(t) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transportes ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções e descontos.

O reconhecimento das receitas obedece:

- (i) a identificação de um contrato com cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a avaliação das eventuais contraprestações variáveis;
- (iv) a alocação do preço à respectiva obrigação de desempenho;
- (v) o reconhecimento da receita a medida ou no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, sendo que a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas de serviços

A Companhia presta serviços de transportes de carga ferroviários. As vendas são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, ou seja, ao longo da execução dos mesmos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, muito embora o faturamento efetivo possa se dar em momento distinto e em linha com as exigências contratuais e legislatórias impostas pelos órgãos reguladores.

A Companhia avalia o período de reconhecimento das receitas de forma tempestiva, efetuando ajustes contábeis para melhor aproximar o cumprimento das obrigações de desempenho que se dão ao longo do tempo versus os eventuais registros por faturamento, conforme exigências contratuais ou dos órgãos reguladores.

Receitas de indenizações, multas ou *take-or-pay* (“TOP”)

A Companhia também opera com contratos do tipo *take-or-pay*, em que seus clientes tem a obrigação de adquirirem a prestação de serviços pré-acordadas ou ficam sujeitas a multas pelo seu não cumprimento.

Os volumes de TOP são apurados tempestivamente e individualmente por cada contrato, sendo seu reconhecimento se dando somente com:

- (i) lastro contratual;
- (ii) apuração efetiva das diferenças de volume dos serviços prestados versus contratados;
- (iii) mensuração acurada das tarifas;
- (iv) aceite do cliente quanto as diferenças.

Desta forma, as receitas de TOP se dão ao longo do tempo, sendo faturadas observando as disposições contratuais de cada cliente.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(u) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(v) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 27, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(w) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado ("DVA"), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

(x) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão representadas por:

- (i) correções monetárias no direito de uso no imobilizado, intangível e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no montante de R\$ 13.697, R\$ 148.149 e R\$ 161.846, respectivamente (Notas 12, 13 e 18);
- (ii) provisões (reversões) para imobilizado e intangível e de estoques para intangíveis nos respectivos montantes de R\$ 149.944 e (R\$ 424) (Notas 24(c) e 11).
- (iii) provisões para não recuperabilidade de ativos intangíveis no montante de R\$ 1.456.148 (Nota 13.1).

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por:

- (i) correções monetárias no direito de uso no imobilizado, intangível e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no montante de R\$ 23.768, R\$ 407.765 e R\$ 431.533, respectivamente (Notas 12, 13 e 18);
- (ii) capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 260.000;
- (iii) provisão de estoques para intangíveis no montante de R\$ 717 (Nota 13);
- (iv) provisões para não recuperabilidade de ativos intangíveis no montante de R\$ 170.935 (Nota 13.1).

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	6.533	1.207
Aplicações financeiras (a)	437.425	192.621
	443.958	193.828

(a) Aplicações em operações compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com remuneração média de 102,96% (2021 – 102,53%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

6 - Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Contas a receber de terceiros	65.570	50.754
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	74.815	63.692
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	(18.462)	(13.190)
Contas a receber de clientes, líquidas	121.923	101.256
Não circulante		
Contas a receber de terceiros	5.506	7.284
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	286.116	275.062
	291.622	282.346
	413.545	383.602

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Método simplificado		
Saldo no início do exercício	(1.605)	(1.142)
(+) Aumento	(2.303)	(463)
(-) Redução	1.953	-
Saldo ao final do exercício	(1.955)	(1.605)
Take or pay e multas (acompanhamento do risco de crédito)		
Saldo no início do exercício	(11.585)	(29.280)
(+) Aumento	(5.042)	(458)
(-) Redução	120	18.153
Saldo ao final do exercício	(16.507)	(11.585)
	(18.462)	(13.190)
Variação operacional - resultado	(5.272)	17.232
	(5.272)	17.232

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir, estando sujeito ao provisionamento para perdas de crédito conforme política interna da Companhia:

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	415.386	381.940
Vencidos até 3 meses	2.402	412
Vencidos de 3 a 6 meses	154	53
Vencidos acima 6 meses	14.065	14.387
Contas a receber de clientes	432.007	396.792

7 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço patrimonial	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Contas a receber (i) (Nota 6)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	40.806	38.618
Entidades sob o controle da Controladora	1.794	2.717
Outras	32.215	22.357
	74.815	63.692
Ativo não circulante		
Contas a receber (Nota 6)		
Outras (iii)	286.116	275.062
	286.116	275.062
Passivo circulante		
Fornecedores (ii) (Nota 14)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	6.533	13.471
Controladora final (VLI S.A.)	2.306	2.311
Outras	7.135	9.601
	15.974	25.383
Mútuo		
Controladora (VLI Multimodal S.A.) (Nota 17)	100.090	612
	100.090	612
Obrigações por arrendamento (iv)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	4.816	-
Outras	33.619	54.219
	38.435	54.219
Passivo não circulante		
Mútuo		
Controladora (VLI Multimodal S.A.) (Nota 17)	-	100.000
	-	100.000
Obrigações por arrendamento (iv)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	30.809	35.152
Outras	48.599	82.023
	79.408	117.175

As análises de vencimentos do contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	360.315	338.157
Vencidos até 3 meses	452	412
Vencidos de 3 a 6 meses	31	53
Vencidos acima 6 meses	133	132
	360.931	338.754

(i) As contas a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) As obrigações com empresas ligadas no circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado e compartilhamento de gastos.

(iii) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017, 2018 e 2019, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões, R\$ 6,2 milhões e R\$ 11 milhões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando o montante a receber de R\$ 273.928 (2021 - R\$ 261.615).

(iv) Referem-se às obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais perante a VLI Multimodal S.A., vagões e locomotivas perante a Mitsui Rail Capital ("MRC"). Com base no CPC 06 (R2) / IFRS 16, os efeitos de contabilização no resultado são registrados como depreciação (Nota 23) e despesas financeiras (Nota 25).

Demonstração do resultado	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados (v)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	1.020.573	1.263.662
Entidades sob o controle da Controladora	1.113	5.346
Outras	522.717	423.535
	1.544.403	1.692.543
Receita de aluguel de vagões e locomotivas (v)		
Outras	430	336
	430	336
Custos e despesas		
Custo de partilha de fretes (tráfego mútuo) (vi)		
Outras	(121.951)	(143.197)
	(121.951)	(143.197)
Custo com direito de passagem (vi)		
Outras	(56.736)	(63.006)
	(56.736)	(63.006)

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(16.228)	-
Entidades sob o controle da Controladora	(32)	-
Outras	(24.576)	(15.509)
	(40.836)	(15.509)
Compartilhamento de custos		
Entidades sob o controle da Controladora	-	1.018
	-	1.018
Previdência complementar		
Outras	(3.681)	(3.525)
	(3.681)	(3.525)
Resultado financeiro		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(29.292)	-
Outras	(25)	589
	(29.317)	589
Outras receitas (despesas) operacionais (vii)		
Controladora final (VLI S.A.)	(22.246)	(28.891)
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(70.815)	(67.087)
Entidades sob o controle da Controladora	17.037	10.398
Outras	16.036	11.351
	(59.988)	(74.229)

(v) As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.

A venda de direitos de capacidade excedente celebrada pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. à VLI Multimodal S.A. ("VMM") sustenta-se na qualidade da VMM como operador de transporte multimodal (OTM).

A venda tem montante de R\$ 111.187 anuais, calculados com base na remuneração dos ativos da FCA, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração é apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

(vi) Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária.

(vii) Saldos referem-se substancialmente a despesas com compartilhamento de gastos, representando os gastos com serviços prestados envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) com compartilhamento de gastos		
Controladora final (VLI S.A.)	(22.246)	(28.891)
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(70.815)	(67.087)
Entidades sob o controle da Controladora	17.037	10.398
	(76.024)	(85.580)

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.1 – Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), com o respectivo reembolso no Grupo (Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A., em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) via contrato de compartilhamento de despesas (Nota 24(a)), com exceção de um membro do Conselho de Administração que é paga pela Companhia (2022 – R\$ 15 2021 – R\$ 12). Os valores supracitados estão apresentados pelo regime de caixa.

8 - Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Estoques para manutenção de equipamentos e instalações	153.644	149.527
Combustíveis, lubrificantes e gases	3.093	12.838
Materiais de consumo de oficina e manutenção	27.338	16.518
Materiais elétricos e eletrônicos	4.318	4.988
Outros materiais	33.995	10.479
	222.388	194.350

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contempla R\$ 13.203 de provisões para desvalorização de estoques (2021 – R\$ 13.643).

9 - Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
ICMS a recuperar	11.866	11.123
PIS e COFINS a compensar (i)	36.165	55.551
Imposto de renda retido na fonte	60	2.295
Saldos de declaração - Imposto de renda e contribuição social	12.060	4.812
ISS	2.241	2.228
	62.392	76.009
Não circulante		
ICMS a recuperar	124.757	99.856
PIS e COFINS a compensar (i)	223.291	184.643
Saldos de declaração - Imposto de renda e contribuição social	21.365	21.590
ISS	211	159
Outros	627	-
	370.251	306.248
	432.643	382.257

(i) Contempla R\$ 115.829 de créditos referentes à exclusão do ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e da COFINS. R\$ 89.110 estão relacionados ao período de 2002 a 2014, bem como ao processo 2007.38.00.006470-7, transitado em julgado em julho de 2019 e habilitado para compensação em junho de 2021. A partir de junho de 2021 os créditos passaram a ser compensados com débitos federais.

O montante de R\$ 26.720 referem-se ao processo 0064670-06.2015.401.3800, relacionado ao período de 2015 a 2017. Em que pese o trânsito em julgado ainda pendente, os créditos foram registrados com base no IAS 37 / CPC 25, considerando-se que é líquido e certo o seu ganho, e em consonância com o trânsito em julgado do RE nº 574.706, no qual o STF definiu em sede de repercussão geral, que o ICMS destacado em documento fiscal não deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS. Os mencionados créditos ainda não foram compensados, pois estão aguardando a conclusão do processo judicial, estando sujeitos a atualização monetária atrelada a SELIC.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

10 – Demais ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (b)	6.067	2.102
Adiantamentos a empregados	12.069	11.387
Adiantamentos a fornecedores (a)	13.638	10.729
Outras	538	-
	32.312	24.218
Não circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	2.002	2.184
Outros	2.517	2.309
	4.519	4.493
	36.831	28.711

(a) Os adiantamentos a fornecedores derivam de aquisição de insumos e materiais de reposição.

(b) A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

11 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, ambientais e previdenciárias em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações está descrita na Nota 11.1, sendo eventuais valores de reembolso e o momento das suas realizações incertos.

Saldos dos depósitos e processos judiciais:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos Judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos Judiciais
Trabalhistas (a)	100.767	624.340	79.283	660.069
Cíveis	4.949	37.001	5.641	36.177
Tributárias	5.663	138.777	7.047	127.969
Previdenciária	1.439	-	3.526	-
Ambientais	-	14.027	-	17.231
Outros	9.884	6	7.173	7
	122.702	814.151	102.670	841.453

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	31/12/2021	Adições/ (reversões)	Pagamento	Adições/ (reversões) juros e atualização monetária	31/12/2022
Trabalhistas (a)	660.069	62.283	(139.391)	41.379	624.340
Cíveis	36.177	12.508	(16.096)	4.413	37.002
Tributárias	127.969	6.285	(4.659)	9.182	138.777
Ambiental e outros	17.238	10.582	(17.418)	3.630	14.032
	841.453	91.658	(177.564)	58.604	814.151

	31/12/2020	Adições/ (reversões)	Pagamento	Adições/ (reversões) juros e atualização monetária	31/12/2021
Trabalhistas (a)	708.620	55.606	(90.498)	(13.659)	660.069
Cíveis	52.639	(5.680)	(3.038)	(7.744)	36.177
Tributárias	77.520	33.518	(14.166)	31.097	127.969
Ambiental e outros	20.505	136	(598)	(2.805)	17.238
	859.284	83.580	(108.300)	6.889	841.453

- (a) A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2022, os processos judiciais trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 624.340 (2021 – R\$ 660.069). Esses montantes não incluem os processos judiciais de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas, que diz: “As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA.”

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ativo registrado no montante de R\$ 127.502 (2021 - R\$ 120.394), que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

As naturezas dos principais processos provisionados são as mesmas das divulgadas no item, a seguir, passivos contingentes.

11.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes com prognóstico de perda possível no montante aproximado de R\$ 2.634.133 (2021 - R\$ 2.231.534), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas e previdenciários (a) (e)	400.490	348.680
Cíveis/regulatórios (b)	1.060.306	817.650
Tributárias (c)	1.073.560	993.796
Ambientais (d)	99.777	71.408
	2.634.133	2.231.534

(a) Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho; doença ocupacional e pedido de responsabilidade solidária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).

(b) Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais e materiais. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais, além de ações anulatórias.

Regulatórios: trata-se de autos de infração da ANTT originários de alegação de descumprimento dos contratos de Concessão ou Arrendamento (Metas de Produção, Receitas Alternativas, Parada do combustível, Manutenção de ativos).

(c) Tributárias: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.

(d) Ambientais: tratam-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras, de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

(e) Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).

Sumário das principais causas:

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Tipo de ação	Valor em risco possível	Breve descrição do processo
Ambiental	Ação anulatória	R\$ 47.981	Objeto: Trata-se de ação anulatória visando anular a multa aplicada pelo órgão ambiental após acidente ferroviário causando poluição hídrica segundo a inicial. Sentença procedente (êxito em anulação da multa). Apelação pelo IBAMA e por unanimidade, a turma julgadora negou provimento à apelação. Em 2019, em questão de ordem suscitada pelo relator, anulou o julgamento de 2019. A FCA opôs Embargos de Declaração em 2020 em face da decisão que anulou o julgamento realizado, visto que o relator não demonstrou satisfatoriamente as razões de fato e de direito que o levaram a fazê-lo. Andamento atual: Aguarda julgamento de Embargos de Declaração. Objeto: Trata-se de ação ordinária distribuída após acidente ferroviário envolvendo suposto derramamento de óleo no qual pleiteiam indenização por danos materiais e morais.
Cíveis	Ação civil pública	R\$ 72.255	Andamento atual: Após homologados os honorários periciais em R\$ 19.500,00, o juiz despacho determinando a intimação do perito para dar início aos trabalhos periciais. Objeto: Trata-se de ação movida pelo morador que supostamente foi vítima dos danos causados pelo tombamento do trem da FCA, através da qual postula indenização por danos materiais e morais.
Cíveis	Ação de indenização	R\$ 129.365	Andamento atual: Processo em primeira instância. Houve realização de perícia. Autos remetidos à digitalização. Retorno dos autos ao juízo com intimação da parte autora para requerer o que for de direito. Objeto: Trata-se de ação civil pública versando sobre as jornadas de trabalho de empregados, em como o intervalo intrajornada, ação ajuizada em fevereiro 2019.
Trabalhista	Ação civil pública	R\$ 12.297	Andamento atual: MPT e juízo solicitaram junta de estudo técnico. Empresa juntou estudo técnico e esclarecimentos. MPT afirma descumprimento das obrigações e sugere audiência administrativa entre áreas técnicas. Ato designado para 19/01/23 no bojo do PAJ. Objeto: Ação coletiva sem lista de substituídos, envolvendo todos os empregados formais da FCA que trabalham como distribuidores de recursos para trem com os seguintes objetos: - horas extras posteriores à 6ª hora diária e 36ª hora semanal; intervalo intrajornada; 2 (duas) horas por mês, relativas à participação do reclamante em reuniões participativas realizada pela empresa; intervalo Inter jornada; dano moral coletivo; dano moral existencial; honorários advocatícios.
Trabalhista	Reclamação trabalhista	R\$ 15.-43	Andamento atual: Sentença proferida de condenação ao pagamento das horas extras por substituído. O processo encontra-se na fase recursal, aguardando julgamento de recurso ordinário interposto pela FCA e Sindicato. Objeto: Ação ordinária, distribuída por dependência à Ação Cautelar e visa a nulidade de Autos de Infração específicos e afastamento da pena de perdimento aplicada sobre 30 locomotivas importadas.
Tributárias	Ordinária	R\$ 330.688	Andamento atual: Trânsito em julgado do acórdão que apreciou e negou o agravo interno da FCA no STF. Aguarda-se a baixa dos autos. Objeto: Glosa de créditos da COFINS e do PIS não-cumulativos apropriados (i) na aquisição de bens e serviços utilizados como insumos; (ii) arrendamento e tráfego mútuo; (iii) despesas de aluguel de máquinas, equipamentos e prédios; (iv) ativo imobilizado; (v) bens não ativáveis.
Tributárias	Auto de infração	R\$ 56.907	Andamento atual: Recursal 2ª instância – aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Objeto: Glosa de créditos da COFINS e do PIS não-cumulativos apropriados (i) na aquisição de ativo imobilizado; (ii) insumos tidos pelo Fisco como não pertencentes ao processo produtivo; (iii) peças e partes de reposição sob alegação de que superariam o limite unitário de R\$ 326,00 e teriam prazo de vida útil superior a 1 ano, baseando-se, para tanto, na presunção contida na legislação do imposto de renda.
Tributárias	Auto de infração	R\$ 218.054	Andamento Atual: Recursal 2ª instância - Proferido acórdão que julgou pela procedência parcial da Impugnação, foi interposto Recurso Voluntário da parcela desfavorável, pelo que se aguarda. Objeto: Trata-se de Auto de Infração lavrado sob o entendimento de que a empresa teria promovido, em 06/2020, o aproveitamento indevido de créditos de ICMS "decorrentes de pedido de restituição indeferido, conforme Acórdão nº 22.466/17/3ª, do Conselho de Contribuinte do Estado de Minas Gerais – CC/MG, provenientes de débitos lançados em notas fiscais de transferências interestaduais de materiais entre estabelecimentos da mesma titularidade".
Tributárias	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 27.697	Andamento atual: Fase de instrução – Deferida a realização de perícia, apresentamos quesitos e indicamos assistente técnico. Aguarda-se manifestação/proposta do perito nomeado. Objeto: Tutela Cautelar para obtenção de CND - IPTU relativo aos exercícios de 2000, 2001 e 2013 a 202. Após a obtenção de decisão que deferiu a tutela, aditamos o pedido, para discussão do mérito (artigo 308, CPC).
Tributárias	Ordinária	R\$ 111.848	Andamento atual: Recursal 2ª instância – Aguarda-se julgamento da apelação interposta. Objeto: Execução Fiscal ajuizada visando à cobrança do crédito tributário consubstanciado no PTA/CDA n.º 40174189 (01 a 12.2010 - ICMS transporte mercadorias destinadas à formação de lotes para exportação). Crédito discutido nos autos da Ação Ordinária n.º 1000780-36.2019.8.26.0428.
Tributárias	Execução fiscal	R\$ 19.770	Andamento atual: Fase de instrução – aguarda-se realização/conclusão da perícia deferida. Apresentamos quesitos e indicamos assistente técnico. Objeto: Trata-se de cobrança originada em suposto aproveitamento indevido de crédito de ICMS-CIAP de (i) bens classificados como alheios à atividade produtiva e (ii) bens cuja saída interestadual ocorreu em menos de 12 meses. Reputamos o prognóstico como perda possível, considerando que os bens cujos créditos foram glosados são utilizados na consecução do objeto social da empresa, vinculados à prestação de serviço de transporte ferroviário.
Tributárias	Execução fiscal	R\$ 13.198	Andamento atual: Encerrada a fase instrutória, aguarda-se julgamento de primeira instância. Objeto: Ação de Indenização ajuizada sustentando alteração unilateral dos escopos dos contratos nº 89.259-00, 89.260-00 e 89.281-00; desequilíbrio econômico-financeiro; onerosidade excessiva dos contratos em favor do autor; realização de serviços extras não previstos contratualmente; inadimplência contratual da FCA.
Cíveis	Ação de indenização	R\$ 8.462	Andamento atual: Conhecimento. Autos conclusos para sentença. Objeto: PIS/COFINS - Exigência decorrente de suposta falta de recolhimento no período compreendido entre maio e dezembro de 2007.
Tributárias	Ação de indenização	R\$ 10.906	Andamento atual: Aguardando Julgamento em 1ª Instância da Ação Anulatória Vinculada ao caso.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributárias	Execução fiscal	R\$ 78.688	<p>Objeto: Auto de Infração nº 5.007.057-7, para cobrança de ICMS e multa, do período de 05/2011 a 07/2014, em decorrência de suposta infração ao artigo 168, IX, alínea "a" do RICMS/ES, que determina que os prestadores de serviço de transporte devem recolher o tributo até o 18º dia do mês subsequente ao do respectivo período de apuração, nas operações ou prestações promovidas por estabelecimentos.</p> <p>Andamento atual: Publicado acórdão em que, à unanimidade, foi dado parcial provimento ao recurso de ofício, para reformar a decisão de primeira instância, julgando parcialmente nulo o auto de infração, devendo os autos retornar à Gerência Tributária para prosseguimento do feito, em relação à parcela para a qual não exista duplicidade do lançamento.</p>
Tributárias	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 33.243	<p>Objeto: Auto de Infração para exigência de ICMS, sob o suposto fundamento de a Ferrovia Centro Atlântica S.A., no período compreendido entre dezembro de 2011 a julho de 2014, "creditar-se indevidamente do imposto decorrente da entrada de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado do estabelecimento", conforme preleciona o art. 83, §1º, I, II e III do RICMS/ES.</p> <p>Andamento atual: Aguarda-se lavratura/intimação de novo auto, tendo em vista decisão que julgou nulo o Auto de Infração lavrado.</p>
Tributárias	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 18.411	<p>Objeto: PIS/COFINS - Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de antecipação de tutela, objetivando anular os lançamentos de PIS e COFINS proferidos no processo nº 10680008821200630, durante os períodos compreendidos, respectivamente, entre janeiro de 2001 e novembro de 2002 e novembro de 2002 e janeiro de 2001, referentes aos valores que a empresa recebe a título de tráfego mútuo, ou seja, valores que cobra dos passageiros, mas que se destinam a remunerar outro concessionários em função do uso, pela Autora, da malha ferroviária daquelas para finalizar o transporte contratado com o passageiro. Em esclarecendo a inexistência das obrigações tributárias e extinguindo o respectivo crédito tributário.</p>
Cíveis	Ordinária	R\$ 19.325	<p>Andamento atual: Aguarda-se julgamento dos recursos de apelação interpostos pela FCA e pela União Federal.</p> <p>Objeto: A RFFSA postula a condenação da FCA para que restaure todos os bens arrendados vinculados a antigo Distrito de propriedade da RFFSA. SENTENÇA: julgando o processo extinto sem resolução de mérito, na forma do Art. 267, VI do CPC.</p>
Cíveis	Ação ordinária	R\$ 16.875	<p>Andamento atual: Após a FCA peticionar requerendo a perda superveniente de objeto, os autos encontram-se conclusos para julgamento.</p> <p>Objeto: A RFFSA pleiteia a condenação da FCA ao pagamento da quantia corrigida monetária mente e com juros de 1% ao mês, em razão do furto de condutores de alumínio e de aço galvanizado, supostamente ocorrido durante o prazo de guarda dos bens pela FCA.</p>
Ambiental	Ação anulatória	Valor inestimável	<p>Andamento atual: Após o TRF-2 reformar a sentença que havia reconhecido a ilegitimidade ativa da União, FCA Interpôs recurso especial ao STJ para buscar o acolhimento das preliminares. O STJ deu provimento ao AREsp para reconhecer a nulidade do acórdão proferido pelo TRF-2 – violação do art. 1.022 do CPC – e determinou novo julgamento dos EDs. Contra essa decisão, a União interpôs agravo interno e, posteriormente, EDs, os quais foram recentemente desprovidos.</p> <p>A 5ª Turma Especializada do TRF2 deu provimento aos nossos embargos de declaração, mas não alterou o acórdão da apelação. Após o RE e REsp interpostos pela FCA, os quais foram inadmitiram. Atualmente, foram expedidas intimações acerca das decisões, chegando à termo para FCA em 03.02.2023.</p> <p>Objeto: Acionista minoritária na FCA pleiteia indenização e anulação de deliberação de acionistas que ocorreu em assembleia no início de 2003, na qual os acionistas aprovaram o aumento do capital social da FCA, em razão de atos supostamente abusivos de grupo controlador da FCA. A VMM e FCA ganharam a parte que trata a manutenção do aumento de capital realizado pela FCA em 2003 e todos os demais atos subsequentes. A manutenção do aumento de capital assegura a participação dos acionistas e os atos de gestão praticados após o aumento de capital. Por outro lado, a juíza condenou todos os réus a indenizar o minoritário em 56MM, na proporção do controle acionário, por abuso de poder de controle e má gestão, além de determinar a realização de nova eleição que garanta a participação de ex-ferroviários no Conselho de Administração da FCA.</p>
Trabalhista	Ação civil pública	R\$ 1.728	<p>Andamento atual: Processo sentenciado – parcialmente procedente: favorável à FCA, no que tange ao aumento de capital, e desfavorável para indenizações devidas ao minoritário. Está em discussão a responsabilidade da FCA para responder pelo pedido de indenização. Aguardando julgamento dos Embargos de Declaração opostos.</p> <p>Objeto: Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de invalidade do turno 4 por 4 dos anos de 2016 a 2019.</p>
Trabalhista	Inquérito civil/ Ação Cível Pública	Valor inestimável	<p>Andamento atual: Apresentada Defesa em 22/09, oportunidade em que ocorreu a audiência UNA. Processo concluso para sentença.</p> <p>Objeto: Inquérito para investigação de jornadas excessivas.</p>
Regulatória	Ação anulatória	R\$ 47.051	<p>Andamento atual: Inquérito ARQUIVADO em 28.08 com distribuição de Ação Civil Pública.</p> <p>Objeto: Receitas alternativas FCA – Locação de Material Rodante. Ação anulatória contra cobrança da ANTT na qual a agência cobra a incidência de percentual sobre o faturamento do contrato de locação de material rodante entre FCA e VLI (entre 2013 e 2015).</p>
Regulatória	Ação ordinária	R\$ 13.280	<p>Andamento atual: Sentença de improcedência do pedido. Apelação apresentada pela FCA. Aguarda-se julgamento do recurso.</p> <p>Apresentada apelação contra decisão que julgou improcedentes os pedidos da FCA. Seguro garantia apresentada com liminar para impedir inscrição no CADIN.</p> <p>Objeto: Receitas alternativas FCA - tráfego mútuo e verba indenizatória: Ação anulatória contra os valores apurados pela ANTT no processo administrativo nº 505000.070475/2011-61, instaurado para apurar as receitas alternativas de projetos associados às atividades do contrato de concessão (entre 2005 e 2010).</p>
Regulatória	Execução fiscal não tributária	R\$ 33.824	<p>Andamento atual: Andamento atual: Lliminar deferida em sede de antecipação de tutela recursal para suspender a exigibilidade do débito bem como abster-se de inscrever no CADIN. Processo em fase de instrução na qual há perícia em curso.</p> <p>Objeto: Execução fiscal da ANTT relativo às multas aplicadas em decorrência de fiscalização de ativos (má conservação de bens operacionais, desatualização dos inventários dos ativos arrendados, falta de manutenção e sucateamento do material rodante, invasão por terceiros nos imóveis e pátios operacionais, edificações sem placas de NBP).</p>
Regulatória	Processo administrativo	R\$ 9.624	<p>Andamento atual: A execução foi suspensa em razão da apresentação dos embargos à execução nº 0065116-09.2015.4.01.3800.</p> <p>Objeto: Parada do combustível. Processo administrativo de multa da ANTT, do período de julho e agosto/2019, em função de descumprimento da Portaria 86, que versa sobre a retomada do transporte de combustível.</p>
Regulatória	Processo administrativo	R\$ 8.925	<p>Andamento atual: Procedimento administrativo arquivado. Ação anulatória proposta nº 1044587-39.2021.4.01.3800.</p> <p>Objeto: Metas de Produção FCA 2017. Processo administrativo de multa da ANTT, por não batimento das metas de produção de 2017.</p>
			<p>Andamento atual: Decisão desfavorável. Aguarda-se julgamento do recurso administrativo da FCA.</p>

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Regulatória	Processo administrativo	R\$ 13.631	<p>Objeto: Metas de Produção FCA 2019. Processo administrativo de multa da ANTT, por não batimento das metas de produção de 2019.</p> <p>Andamento atual: Apresentada defesa administrativa. Ainda pendente de julgamento.</p>
Regulatória	Ação anulatória	R\$ 86.965	<p>Objeto: Receitas alternativas FCA 2016 a 2019 – Locação de Material Rodante. Processo administrativo de cobrança da ANTT relativo à incidência de percentual sobre o faturamento do contrato de locação de material rodante entre FCA e VLI.</p> <p>Andamento atual: Espera-se decisão de 1ª instância judicial.</p>
Cíveis	Ação de indenização	R\$ 40.662	<p>Objeto: Trata-se de Ação de Indenização, movida por MGS Montagens, Manutenção Geral e Serviços Especiais Ltda. ("MGS") contra a FCA, fundada em suposto desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados pelas partes, ao argumento de que: (i) a demanda de serviços estimada em cada contrato não teria se confirmado, por culpa da FCA; (ii) a FCA não teria fornecido a tempo e modo os materiais a que se obrigara; (iii) as estruturas das oficinas da FCA seriam deficientes; (iv) teriam ocorrido atrasos pela FCA na análise das medições e na realização dos pagamentos já autorizados; (v) houve retenções indevidas pela FCA dos pagamentos devidos à MGS. Pede a Autora, diante disso, a revisão dos referidos contratos, bem como indenização por danos materiais e morais, a serem apurados em liquidação de sentença.</p> <p>Andamento atual: Conhecimento. Aguarda-se o fim da fase instrutória.</p>
Regulatória	Ação anulatória	R\$ 24.013	<p>Objeto: Ação anulatória dos autos de infração nº 004/2013/URMG/SUFER a 011/2013/URMG/SUFER. (má conservação de bens operacionais)</p> <p>Andamento atual: Aguarda-se o fim da fase probatória e julgamento.</p>
Cíveis	Ação de indenização	R\$ 26.705	<p>Objeto: Trata-se de ação indenizatória ajuizada por Jhonathan Oliveira Aristides, em desfavor da FCA, em razão de acidente na linha férrea com atropelamento no bairro chácara bela vista no município de perdões/mg, com amputação do braço e perna esquerda da vítima.</p> <p>Andamento atual: Aguardando julgamento em primeira instância</p>
Regulatória	Ação anulatória	R\$ 30.156	<p>Objeto: Ação Anulatória proposta pela FCA com vistas à anulação das multas aplicadas por não disponibilizar, durante o mês de junho de 2019, nenhum vagão aos usuários para carregamento nos terminais de embarque de Replan (ZZZ) e Candeias (DCS) - Transporte Combustível</p> <p>Andamento atual: Autos conclusos para julgamento.</p>

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 – Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos (b)	Locomotivas e vagões (b)	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Total
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.763	546.327	1.693.320	219.328	36.717	2.512.455
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 18)	-	14.546	9.222	-	-	23.768
Adições	-	-	2	-	392.711	392.713
Baixas	-	(699)	(1.845)	(6)	-	(2.550)
Transferências (c)	9.760	116.378	119.985	42.124	(267.356)	20.891
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.523	676.552	1.820.684	261.446	162.072	2.947.276
Valor de depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.560)	(210.923)	(728.303)	(45.505)	-	(987.291)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(53.102)	(93.063)	-	-	(146.165)
Adições	(960)	(29.129)	(57.519)	(27.170)	-	(114.778)
Baixas	-	598	1.243	6	-	1.847
Transferências (c)	-	-	3.038	-	-	3.038
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.520)	(292.556)	(874.604)	(72.669)	-	(1.243.349)
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.523	676.552	1.820.684	261.446	162.072	2.947.277
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 18)	-	10.377	3.320	-	-	13.697
Adições	-	-	-	-	521.438	521.438
Baixas	-	(433)	(84.552)	-	-	(84.985)
Provisão para baixa de imobilizado	-	-	(11.773)	-	-	(11.773)
Transferências (c)	775	37.753	87.092	20.260	(477.583)	(331.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.298	724.249	1.814.771	281.706	205.927	3.053.951

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos (b)	Locomotivas e vagões (b)	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Total
Valor de depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.520)	(292.556)	(874.604)	(72.669)	-	(1.243.349)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(36.491)	(36.946)	-	-	(73.437)
Adições	(1.001)	(33.783)	(62.206)	(27.974)	-	(124.964)
Baixas	-	278	80.170	-	-	80.448
Transferências (c)	-	-	4.151	-	-	4.151
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.521)	(362.552)	(889.435)	(100.643)	-	(1.357.151)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	23.003	383.996	946.080	188.777	162.072	1.703.928
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	22.777	361.697	925.336	181.063	205.927	1.696.800

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 995 (2021 – R\$ 3.438).

- (a) O imobilizado em andamento está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, investimentos de via permanente, aquisição, recuperação e modernização de vagões.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 215.700, R\$ 137.346 e R\$ 64.416 (2021 - R\$ 241.183, R\$ 163.066 e R\$ 90.530, respectivamente).
- (c) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 – Intangível

	Direitos de concessão (a)	Direitos de uso (b)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados (c)	Intangível em andamento (d)	Total
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 18)	-	407.765	-	-	-	407.765
Adições	-	-	-	7	56.057	56.064
Baixas	-	-	-	(29.277)	-	(29.277)
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	-	(717)	(717)
Redução do valor recuperável (Nota 13.1)	-	-	-	(170.935)	-	(170.935)
Transferências (c)	-	-	503	380.968	(402.361)	(20.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.168	3.337.779	22.374	5.688.085	164.566	9.255.972
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(412.829)	-	-	-	(412.829)
Adições	(2.066)	-	(1.253)	(442.617)	-	(445.936)
Baixas	-	-	-	18.189	-	18.189
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.528)	(1.108.645)	(20.997)	(3.176.411)	-	(4.339.581)
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.168	3.337.779	22.374	5.688.085	164.566	9.255.972
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 18)	-	148.149	-	-	-	148.149
Adições	-	-	-	7	185.516	185.523
Baixas	-	-	211	(21.510)	-	(21.299)
Provisão para baixa de intangíveis e estoques	-	-	-	(145.707)	424	(145.283)
Redução do valor recuperável (Nota 13.1)	-	(1.313.676)	-	-	-	(1.313.676)
Transferências (c)	-	(170.935)	1.014	560.397	(62.926)	327.550
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43.168	2.001.317	23.599	6.081.272	287.580	8.436.936
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(33.528)	(1.108.645)	(20.997)	(3.176.411)	-	(4.339.581)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(471.545)	-	-	-	(471.545)
Adições	(2.066)	-	(926)	(556.101)	-	(559.093)
Baixas	-	-	(110)	16.973	-	16.863
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(35.594)	(1.580.190)	(22.033)	(3.715.539)	-	(5.353.356)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	9.640	2.229.134	1.377	2.511.674	164.566	4.916.391
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	7.574	421.127	1.566	2.365.733	287.580	3.083.580

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Refere-se ao registro do direito de concessão pago para operar o trecho denominado Malha Paulista.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022, os direitos de uso de concessão registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 referem-se aos contratos com a FERROBAN e RFFSA e aos direitos atrelados aos compromissos referentes a Resolução 4.131/13 e aditivados ao contrato de concessão, que montam na sua totalidade a R\$ 421.147 (2021 - R\$ 2.229.155) e cuja amortização se dará até o final da concessão, que se dará em agosto de 2026. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1.484.611 foram registrados a esses direitos de uso de arrendamento a título de redução no valor recuperável de ativos, dada a não expectativa de recuperabilidade até agosto de 2026 (Nota 13.1), sendo R\$ 1.313.676 reconhecido no resultado de 2022 e R\$ 170.935 de 2021.
- (c) As benfeitorias em bens arrendados estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483. O prazo de amortização dos direitos de uso e benfeitorias em bens arrendados acompanha a melhor estimativa de vida útil dos ativos.
- (d) O ativo intangível em andamento é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital em ativos fruto das Concessões sob poder da FCA. Destaca-se a construção de oficinas, pátios e viadutos.
- (e) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.
- (f) Os ativos de via permanente atrelados ao contrato de concessão da FCA possuem vida útil média de 12 anos e estão embasados em laudos externos de avaliação, conforme roga o IAS 16 / CPC 27.

13.1 - Redução no valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administração da FCA identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade de seus ativos intangíveis, considerando principalmente os prejuízos dos últimos exercícios, o prazo de vencimento do contrato de concessão em agosto de 2026 e a ainda não concretização da renovação da sua concessão.

A FCA possui uma unidade geradora de caixa composta pelos ativos imobilizados e intangíveis da malha ferroviária Paulista e a malha ferroviária Centro Leste, os quais integram um único contrato de concessão, são similares em natureza, uso e dependentes entre si. A renovação da concessão está sujeita a aprovação à exclusivo critério do poder concedente, conforme previsto no contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administração da FCA determinou o valor recuperável da unidade geradora de caixa com base no valor em uso, considerando que o valor justo foi inferior utilizando as projeções de fluxo de caixa nominal com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração. As principais premissas seguem listadas abaixo:

- prazo de projeção limitado a agosto de 2026 e;
- as projeções de volumes e preços junto aos seus clientes que operam substancialmente nos mercados agrícolas, siderúrgicos, mineração e outros, receitas acessórias, custos variáveis, gastos com manutenção e investimentos, indenização dos ativos reversíveis conforme previsto no respectivo contrato de concessão e taxa de desconto.

Vide tabela abaixo com a relação das premissas qualitativas e quantitativas das análises:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	1,60%	2,24%
Margem EBITDA (% de receita)	36% a 41%	40% a 51%
Taxa de desconto nominal - %	12,34%	11,06%

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período até 2026. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no *mix* de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados.

O dispêndio anual de investimentos correntes diz respeito aos desembolsos de caixa esperados para a manutenção da Concessão. Ele se baseia na experiência histórica da administração da FCA e não compreende incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

A taxa de desconto foi estimada pelo custo médio ponderado de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor em uso da unidade geradora de caixa é inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 1.313.676, saldo este equivalente a (52,41%) do valor de uso dos ativos (2021 – R\$ 170.935 e 3,5%, respectivamente), tendo a FCA provisionado os valores para perda de valor recuperável.

A perda por redução do valor recuperável originou-se da atualização e aprovação em dezembro de 2022 pelo Conselho de Administração do *business plan* da FCA, tendo sido todas as premissas contratuais atualizadas, bem como os impactos dos custos de manutenção dos ativos atrelados à FCA, sendo ambas as variáveis limitadas a agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão. A FCA alocou os respectivos montantes, conjuntamente com os registrados no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, nos ativos intangíveis atrelados a concessão, dada a: (i) natureza incorpórea destes ativos; (ii) não existência de valor de realização alternativo; (iii) conclusão de que os trechos originalmente objeto da concessão sofreram grande alteração ao longo da concessão, seja por devolução (Resolução 4.131/13) ou pela avaliação de rentabilização econômica dos mesmos.

14 - Fornecedores e contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros (a)	384.393	340.280
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 7)	15.974	25.383
	400.367	365.663
Contas a pagar (b)	22.089	10.140
	22.089	10.140

(a) Vide abertura abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	384.371	340.232
Mercado externo	22	48
	384.393	340.280

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras. Esta faculdade é conferida aos fornecedores, inexistindo cobranças financeiras direcionadas a Companhia.

Até 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os títulos a pagar possuíam prazos de pagamentos de até 90 dias.

15 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	31/12/2022	31/12/2021
Tributos a recolher		
ICMS	5.047	2.622

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de renda retido na fonte	8.612	7.079
PIS e COFINS	28.826	1.110
ISSQN	2.741	1.981
Outros	-	159
	<u>45.226</u>	<u>12.951</u>

16 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e encargos	31.547	27.765
Provisão para férias e 13º salário	34.520	28.695
Benefícios trabalhistas	-	32
Participação nos resultados	59.456	58.496
Outros	11.514	374
	<u>137.037</u>	<u>115.362</u>

17 – Mútuo

Em 31 de dezembro de 2022, contempla R\$ 100.090 (2021 – R\$ 100.612) obtidos com a Controladora VLI Multimodal S.A., com vencimento em dezembro de 2023, com pagamentos de juros anuais e com a taxa de CDI + 1,5%, limitada a 12% a.a. Ao longo de 2022, adicionais R\$ 400.000 foram captados e liquidados em 30 de setembro de 2022, juntamente com os juros de R\$ 29.544.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 - Arrendamentos e concessão

	31/12/2021	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Outros	31/12/2022
FCA - Malha Centro Leste (a)	1.158.073	(321.770)	114.333	98.530	-	1.049.166
FCA - Resolução 4.131/13 (d)	614.118	(370.061)	-	47.176	-	291.233
FCA – FERROBAN / Malha Paulista (b)	372.895	(78.048)	38.510	2.443	-	335.800
(-) Créditos de pagamento a maior (c)	(11.513)	-	-	-	-	(11.513)
Vagões (e)	47.699	(36.209)	2.573	1.886	(2.200)	13.749
Locomotivas (e) (i)	221.545	(67.430)	23.040	1.434	(125)	178.464
Terminais (e)	83.456	(37.863)	6.911	10.377	-	62.881
	2.486.273	(911.381)	185.367	161.846	(2.325)	1.919.780
Circulante	667.074					473.027
Não circulante	1.819.199					1.446.753

	31/12/2020	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Outros	31/12/2021
FCA - Malha Centro Leste (a)	1.001.472	(267.296)	111.708	312.189	-	1.158.073
FCA - Resolução 4.131/13 (d)	931.370	(343.741)	-	26.489	-	614.118
FCA – FERROBAN / Malha Paulista (b)	337.137	(70.891)	37.561	69.087	1	372.895
(-) Créditos de pagamento a maior (c)	(11.513)	-	-	-	-	(11.513)
Vagões (e)	97.641	(59.459)	6.233	4.596	(1.312)	47.699
Locomotivas (e) (i)	310.075	(122.432)	29.557	4.626	(281)	221.545
Terminais (e)	124.346	(64.331)	8.893	14.546	2	83.456
	2.790.528	(928.150)	193.952	431.533	(1.590)	2.486.273
Circulante	685.843					667.074
Não circulante	2.104.685					1.819.199

(i) Contempla contratos de arrendamento com instituições financeiras originadas em 2019 e que em 31 de dezembro de 2022 montam em R\$ 109.787 (2021 – R\$ 132.667).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2022, foram pagas 98 parcelas, sendo a última paga no valor de R\$ 4.210.

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2022, foram pagas 98 parcelas, sendo a última paga no valor de R\$ 79.998.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contemplam os ajustes referentes as obrigações de arrendamento trazidas pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(b) Serviços de transporte ferroviário - FERROBAN / Malha Paulista.

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari - MG e Boa Vista - SP. Até 31 de dezembro de 2022, foram pagas 89 parcelas, sendo a última paga no valor de R\$ 959.

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari - MG e Boa Vista - SP. Até 31 de dezembro de 2022, foram pagas 89 parcelas, sendo a última paga no valor de R\$ 18.219.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contemplam os ajustes referentes as obrigações de arrendamento trazidas pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(c) Créditos de pagamentos a maior

Trata-se de créditos apurados e reconhecidos pela Advocacia Geral da União ("AGU"), em ação movida contra a União Federal (RFFSA) objetivando a revisão do cálculo de correção dos montantes devidos à ré e referentes às parcelas de arrendamento e concessão, ao qual foi proferida sentença em favor da FCA.

(d) Resolução 4.131/13

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente foram revogados, devido as mudanças ocorridas nos programas de governo, permanecendo sob a responsabilidade da FCA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em maio de 2016, através da resolução 5101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT passaria a estabelecer valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela FCA no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

A Companhia registrou em 1º de janeiro de 2019, no contexto da adoção ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, as obrigações relacionadas a Resolução 4.131/13 e regulamentações correlatas no contexto da devolução de trechos considerados antieconômicos. O valor registrado no montante de R\$ 1.179.385, no ativo intangível e passivo, foi determinado em 1º de janeiro de 2019, com base na Resolução 4.131/13, que estabeleceu o montante original acrescido de 15% a título de vantajosidade para o setor público, totalizando na data base de março de 2012, o montante de R\$ 876.021, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA, e considerou, em 1º de janeiro de 2019, o valor das obras concluídas até aquela data, mas ainda não homologadas pela ANTT.

Em novembro de 2019, a FCA concluiu acordo com a ANTT, União e Ministério Público, de se substituir a realização dos investimentos relacionados à Resolução 4.131, pela quitação pecuniária em 60 parcelas a se iniciarem em janeiro de 2020, do montante atualizado até a data base de junho de 2019, de R\$ 1.315.498, líquidos pela homologação de obras realizadas pela FCA e no montante de R\$ 111.638, perfazendo, R\$ 1.203.860. Sobre os valores acordados, se aplicarão correções monetárias pelo IPCA entre a data-base de junho de 2019 e janeiro de 2020 e pela SELIC + 1% a.m. de fevereiro de 2020 até agosto de 2026.

Em novembro de 2019 e em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, as obrigações de arrendamento e direitos de uso atrelados à Resolução 4.131 foram remensuradas no balanço e a diferença entre os valores desembolsados em obras executadas pela FCA até 1º de janeiro de 2019, porém ainda não homologadas até aquele momento pela ANTT e os valores homologados no acordo firmado em novembro de 2019 (R\$ 138.347), foram reclassificados para o imobilizado.

Para fins de atendimento à Deliberação nº 29 da ANTT de 21 de janeiro de 2016 segue abaixo o quadro demonstrativo com os valores atualizados:

Resolução nº 4.131/13	Malha Centro Leste
Saldo inicial – março de 2012	876.021
Obras homologadas – novembro de 2019	(111.638)
Obras homologadas – setembro de 2020	(13.067)
Parcelas pagas até dezembro de 2022	(1.048.854)
Saldo atualizado – dezembro de 2022	291.233
Índice de atualização	IPCA/SELIC +
Prazo final de pagamento	1% a.m. jan/25

(e) Outros contratos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se as obrigações por arrendamento de locomotivas, vagões e terminais que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo segue a mensuração dos efeitos no resultado de contratos que não estão incluídos no passivo de arrendamento:

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos de curto prazo	16.444	248
Pagamentos variáveis não reconhecidos nos arrendamentos	5.831	14.984
Ativos de baixo valor	4.032	4.946
Ativos nos quais não se qualifica controle	9.541	16.383
	35.848	36.561

18.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	31/12/2022 Valor presente	Direito potencial Fluxo de caixa nominal
Contraprestação de arrendamento	178.644	234.243

	31/12/2021 Valor presente	Direito potencial Fluxo de caixa nominal
Contraprestação de arrendamento	231.045	290.758

18.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais.

	Em 31 de dezembro de 2022		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %
Passivo de arrendamento	1.931.293	2.068.547	7,1%
Direito de uso (i)	2.323.221	2.128.004	(8,4%)
Despesas financeiras (bruta)	(185.367)	(204.288)	10,2%
Depreciação e amortização (bruta)	(544.982)	(505.946)	(7,2%)

(i) Não contempla os R\$ 1.484.611 registrados alocados a título de recuperação do saldo recuperável (Nota 13.1).

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %
Passivo de arrendamento	2.497.786	2.669.636	6,9%
Direito de uso	2.723.934	2.571.594	(5,6%)
Despesas financeiras (bruta)	(193.952)	(230.023)	18,6%
Depreciação e amortização (bruta)	(558.994)	(564.608)	1,1%

19 - Antecipações de clientes e receitas diferidas

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Antecipações de clientes (c)	26.069	29.675
	26.069	29.675
Receitas diferidas		
Passagem de fibra ótica (a)	317	317
Utilização sistema logístico integrado (b)	1.250	1.250
Outras	322	483
	1.889	2.050
	27.958	31.725
Não circulante		
Receitas diferidas		
Passagem de fibra ótica (a)	793	1.110
Utilização sistema logístico integrado (b)	15.000	16.250
Outras	-	320
	15.793	17.680
	43.751	49.405

(a) Receita antecipada que deriva do Consócio Railnet (atualmente em estado dormente), referente ao aluguel de espaço subterrâneo na malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação, que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

(b) Receitas antecipadas com a utilização dos serviços de transbordo ferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.

(c) Antecipações de clientes para aquisições de materiais para remodelagem de pera ferroviária.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros	31/12/2022
Circulante		
Debêntures	CDI + 1,15%	2.688
NCE	CDI + 1,15%	13.658
Custo de transação		(503)
Total circulante		15.843
Não circulante		
Debêntures	CDI + 1,15%	600.000
NCE	CDI + 1,15%	500.000
Custo de transação		(1.153)
Total não circulante		1.098.847
		1.114.690

20.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2021	Principal	Juros Apropriados	Adição Custos de transação	Custos de transação	Juros pagos	Amortização 31/12/2022
Debêntures	-	600.000	43.230	-	-	(40.542)	602.688
NCE	-	500.000	13.658	-	-	-	513.658
Custos de transação	-	-	-	(1.957)	301	-	(1.656)
	-	1.100.000	56.888	(1.957)	301	(40.542)	1.114.690

	Nota de empréstimos	Em 31 de dezembro de 2022 Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa			
Captação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	1.100.000	1.098.043	-
Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa	(1.957)		-
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(40.542)	(40.542)	-

20.2 - Parcelas de longo prazo das debêntures

	31/12/2022
De dois a três anos	799.161
De três a quatro anos	299.686
	1.098.847

20.3 - Covenants

A FCA possui contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes índices financeiros ("Covenants"), com obrigação de medição anual com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, cujas definições estão explícitas no instrumento contratual:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 9 de agosto de 2021, foi aprovado aumento de capital via capitalização de AFAC, no valor de R\$ 260.000, mediante a emissão de 6.565.168 novas ações nominativas sem valor nominal e totalmente integraliza pela VLI Multimodal S.A. O preço por ação foi de R\$ 39,60, de acordo com laudo técnico contábil, sendo R\$ 0,01 destinado ao capital social e R\$ 39,59 para reserva de capital, totalizando R\$ 65 e R\$ 259.935, respectivamente. Ao longo do período de existência da Concessão, R\$ 5.743.857 foram capitalizados na FCA como injeção de capital via subscrição de ações ou capitalização de AFACs.

O capital social da Companhia, no Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 4.663.323, representado por 142.807.784 ações ordinárias e 19 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Acionistas	Capital social em R\$	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações ordinárias e preferencias	Participação %
VLI Multimodal S.A.	4.663.322.658,35	142.807.764	19	142.807.783	99,99999%
Outros	535,28	20	-	20	0,00001%
	4.663.323.193,63	142.807.784	19	142.807.803	100,00000%

(b) Reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2022, está representada pelas diferenças do preço de emissão de ações incorridas em 21 de junho de 2019, 23 de outubro de 2020 e 9 de agosto de 2021 e o valor destinado ao capital social, nos termos do artigo 182, §1º, a da Lei 6.404/76.

(c) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	31/12/2022
Prejuízo do exercício (142.807.803 x 12/12)	(2.541.656) 142.807.803
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(17,80)
	31/12/2021
Prejuízo do exercício (136.242.635 x 7/12 + 142.807.803 x 5/12)	(416.478) 138.978.122
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(3,00)

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 - Receita líquida de serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta		
Receita de transporte ferroviário e serviços acessórios	3.329.212	3.115.535
Receita de aluguel de locomotivas	430	336
Receita de partilha de frete	107.519	131.022
Receita de utilização de pátios	2.045	2.608
	3.439.206	3.249.501
Descontos		
Descontos concedidos	(691)	-
	(691)	-
Impostos sobre serviços		
ICMS	(163.763)	(156.308)
PIS	(40.219)	(36.841)
COFINS	(185.922)	(169.659)
	(389.904)	(362.808)
Receita líquida dos serviços prestados	3.048.611	2.886.693

23 - Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(529.130)	(500.746)
Material	(102.065)	(86.682)
Combustíveis	(863.928)	(596.136)
Serviços contratados	(163.904)	(132.546)
Partilha de frete	(266.665)	(289.278)
Depreciação e amortização (i)	(1.166.578)	(1.049.262)
Tributos e taxas	(866)	(2.007)
Aluguéis	(43.269)	(36.561)
Seguros	(10.923)	(15.064)
Utilities	(17.453)	(19.308)
Viagens	(17.732)	(11.813)
Outros	(341)	(132)
	(3.182.854)	(2.739.535)

- (i) Contempla R\$ 544.982 (2021 - R\$ 558.994) referentes a depreciação e amortização dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 58.243 (2021 - R\$ 64.069) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM através do Ofício-circular 02/2019.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Exercício findo em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****24 - Receitas (despesas) operacionais****(a) Despesas gerais e administrativas**

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(3.388)	(2.075)
Material	(24)	(169)
Serviços contratados	(1.779)	(15.466)
Combustíveis	-	(33)
Compartilhamento de despesas (i)	(93.061)	(95.978)
Depreciação e amortização	(1.005)	(1.999)
Tributos e taxas	(697)	(355)
Aluguéis	(44)	(78)
Utilities	(2)	(83)
Viagens	(101)	(135)
Outros	(81)	(200)
	(100.182)	(116.571)

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada indireta da VLI S.A., foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

(b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais		
Reconhecimento de créditos tributários (ii)	-	22.456
Venda de materiais	50.163	76.887
Compartilhamento de despesas (Nota 24(b) (i))	17.037	10.398
Recuperação de despesas	6.122	-
Take or Pay (i)	23.832	478
Receita com venda de ativos	685	2.712
Trem turístico	5.334	3.276
Exploração da faixa de domínio	9.343	7.648
Aluguéis	3.295	1.677
Indenização de clientes	4.966	8.328
Reversão de provisão para desvalorização de estoque	863	-
Outras	7.430	9.149
	129.070	143.009
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(20.500)	(20.610)
Custo com baixa de ativos (Notas 12 e 13)	(8.973)	(11.791)
Custo com venda de materiais	(7.045)	(5.656)
Outros gastos com pessoal	(1.317)	(1.327)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.798)	(3.815)
Perda de recebíveis	(611)	(30.061)
Provisão para desvalorização de estoque	-	(9.725)
Take or Pay (i)	(55.966)	(36.254)
Trem turístico	(1.679)	(1.043)
Trem turístico - depreciação	(3.084)	(3.636)
Provisão para processos judiciais (Nota 11)	(91.658)	(83.580)
Indenizações	(10.012)	(15.333)
Provisão para baixa de ativos	(149.944)	-
Baixa de tributos	(27.861)	-
Redução no valor recuperável de ativos (Nota 13.1)	(1.313.676)	(170.935)
Ganho (perda) líquidos sobre ativos financeiros (Nota 6)	(5.272)	17.232
Outras	(4.556)	(30.615)
	(1.704.952)	(407.149)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.575.882)	(264.140)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).
- (ii) No Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contempla R\$ 18.493 referente aos créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017.

25 - Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	33.352	11.439
Juros, taxa e multas de mora	1.265	758
Instrumentos financeiros derivativos – NDF realizada	-	89
Ajuste a valor presente	12.227	12.456
Outras	103	-
	46.947	24.742
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(78)	(12)
Despesas com seguro garantia	(3.299)	(2.922)
Juros apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures(i) (Nota 20)	(56.888)	-
Encargos com custo de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	(299)	-
Encargos por atraso	(1.261)	(1.467)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.890)	(1.659)
Despesas com comissão de fiança	-	(1)
Juros, taxas e multas	(207)	(772)
Juros sobre mútuo (Nota 17)	(29.292)	-
Instrumentos financeiros derivativos – NDF realizada	(84)	-
Despesas financeiras - arrendamentos (i)	(159.399)	(172.667)
Ajuste a valor presente - contas a pagar	(85)	-
Juros sobre provisão de risco e contingências judiciais (Nota 11)	(58.604)	(6.889)
Outras	(370)	(402)
	(312.756)	(186.791)
Ganhos com variação monetária e cambial	23.937	24.146
Resultado financeiro	(241.872)	(137.903)

- (i) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 18), líquidos de R\$ 26.219 (2021 – R\$ 21.285) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

26 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre o lucro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a FCA não registrou ativos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, bem como diferenças temporárias por perdas por redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 160.655, dada a não expectativa de recuperabilidade posterior a 2026.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a FCA optou por baixar a integralidade dos seus ativos remanescentes oriundos de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, bem como cessou em constituir créditos diferidos sobre ajustes temporários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em que pese:

- (i) a Administração possuir no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *business plan* aprovado pelo Conselho de Administração e o considere como sendo evidência de realização provável, conforme roga o parágrafo 34 do IAS 12 / CPC 32;
- (ii) o *business plan* sustentar a potencial realização dos tributos até 2026 (data limite de encerramento da Concessão da FCA), fato este também embasado no IAS 12 / CPC 32 em seu parágrafo 34;
- (iii) o *business plan* também ser consistente com as premissas utilizadas para o teste de perdas por redução ao valor recuperável (Nota 15.1);

A Administração entende que o histórico de baixa lucratividade em exercícios anteriores traz certa insegurança na manutenção dos respectivos ativos e portanto, deve-se considerar que a interpretação dos parágrafos supracitados do IAS 12 / CPC 32 pode ser controversa e julgamental. Assim, a Administração optou pela (i) baixa dos ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social e; (ii) elucidar nesta nota explicativa e com transparência os fatos que sustentaram esta tomada de decisão.

Os créditos não reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 montam em R\$ 1.347.365 (2021 - R\$ 160.655) e seu registro só poderá ser feito com a materialização de lucratividade consistente, não somente com a expectativa de lucros tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	
Perdas por redução ao valor recuperável	4.485
Provisão para processos judiciais	285.962
Ajuste a valor presente	22.563
Participação nos resultados	19.989
Outras	23.208
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	191.585
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	547.792

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2021
2022	82.640
2023	90.411
2024	110.647
2025	141.567
2026	122.527
	547.792

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos tributos diferidos passivos:

	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	
Leasing financeiro	(13.753)
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(40.133)
Dedutibilidade fiscal das perdas por redução ao valor recuperável	(4.428)
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(58.314)
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	489.478

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2021
2022	(3.134)
2023	(3.134)
2024	(3.134)
2025	(43.266)
2026	(5.646)
	(58.314)

Movimentação dos tributos diferidos:

	31/12/2020	Efeito no resultado	31/12/2021	Efeito no resultado	31/12/2022
Perdas por redução ao valor recuperável	10.344	(5.859)	4.485	(4.485)	-
Provisão para processos judiciais	292.026	(6.064)	285.962	(285.962)	-
Ajuste a valor presente	28.924	(6.361)	22.563	(22.563)	-
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	3.481	(43.614)	(40.133)	40.133	-
Leasing	(16.000)	2.247	(13.753)	13.753	-
Participação nos resultados	15.917	3.972	19.889	(19.889)	-
Outras	10.543	12.765	23.308	(23.308)	-
Dedutibilidade fiscal das perdas por redução ao valor recuperável	(4.628)	200	(4.428)	4.428	-
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	196.204	(4.619)	191.585	(191.585)	-
	536.811	(47.333)	489.478	(489.478)	-

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(2.052.179)	(371.456)
Imposto de renda e contribuição social correntes - alíquota - 34%	697.741	126.295
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Não constituição de prejuízo fiscal (imposto de renda), base de cálculo negativa (contribuição social) e diferenças temporárias sobre redução do valor recuperável (Nota 26(a))	(1.186.710)	(160.655)
Multas não dedutíveis	(1)	(110)
Despesas não dedutíveis	(58)	(23)
Perdas de recebíveis não cobráveis	1.784	(10.221)
Custos com baixa de ativos	-	(4.009)
Diferença de bases imposto de renda e contribuição social (ILP)	531	774
Outros	(2.764)	2.927
	(1.187.218)	(171.317)
Tributos sobre o lucro	(489.477)	(45.022)
Alíquota efetiva	23,85%	12,12%

27 - Informação por segmento de negócios

As informações reportadas ao Conselho de Administração (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram nas estruturas das operações de concessões ferroviárias, concessão de portos e multimodalidade, sendo que a Companhia possui exposição somente ao segmento de concessões ferroviárias.

28 - Benefícios a empregados

28.1- Incentivos de longo prazo

Os programas de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafertil e VLI Multimodal S.A. tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos seus executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último se iniciou em 1º de janeiro de 2022, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização do Grupo neste exercício. Os programas vigentes atualmente no Grupo são:

Matching: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia do Grupo, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento do executivo e na contrapartida (*matching*) do Grupo com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo empregado e da contrapartida do Grupo, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o *vesting*. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Phantom: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de “ações virtuais” condicionado à metodologia *expected growth* (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das opções de “ações virtuais” entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o *vesting*. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano. O programa *Phantom* foi extinto em 2020, entretanto, ainda existentes outorgas ativas que são referentes a 2019 e anos anteriores.

A implementação destes programas não obriga o Grupo a realizá-los nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada ao Grupo a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o exercício de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de incentivos de longo prazo devidos pela Companhia montam a R\$ - (2021 - R\$ 584).

28.2 - Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (“Fundação”).

(a) Plano de benefício - FCA

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (ValiaPrev) têm características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte e aposentadoria por invalidez).

O planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios, são como segue:

- Contribuição normal ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição normal esporádica - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal de risco - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição extraordinária - Destinada ao custeio de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

(b) Contribuições

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contribuiu para o plano de contribuição ValiaPrev com montante de R\$ 4.027(2021 - R\$ 3.560).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia no Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício 31 de dezembro de 2021.

(c) Reconciliações

Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior	26.069	35.293
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	2.694	2.480
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	3.232	3.207
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(2.737)	(2.253)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	6.928	(12.658)
Valor justo do ativo do plano no final do exercício	36.186	26.069

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação do benefício definido	31/12/2022	31/12/2021
Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior	(7.512)	(6.762)
Custo do serviço corrente	(117)	(209)
Custo dos juros	(776)	(474)
Benefícios pagos pelo plano	2.737	2.253
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	(1.664)	4.469
Efeito da experiência do plano	672	(6.789)
Obrigação de benefício definido ao final do exercício	(6.660)	(7.512)
Reconciliação do valor líquido de (passivo) / ativo	31/12/2022	31/12/2021
Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do exercício anterior	18.557	28.531
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	1.801	1.797
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	5.936	(14.978)
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	3.232	3.207
Valor líquido do passivo / (ativo) no final do exercício	29.526	18.557
Reconciliação do <i>asset ceiling</i>	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	18557	28.531
Receita de juros	2.694	2.480
Mudanças no teto do ativo	8.275	(12.454)
Saldo no final do exercício	29.526	18.557
Valor reconhecido no balanço patrimonial	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente dos passivos atuariais	(6.660)	(7.512)
Valor justo dos ativos	36.186	26.069
Efeito do limite do <i>asset ceiling</i>	(29.526)	(18.557)
Passivo reconhecido no balanço	-	-

(d) Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade nas hipóteses	31/12/2022	31/12/2021
1. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$ Premissa da análise	7.304,63 11%	8.270,19 9%
2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$ Premissa da análise	6.124,31 13%	6.910,31 11%

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$	31/12/2022	31/12/2021
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	3.232,42	3.207,18
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável		
3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano		
Ano 1	886,99	934,81
Ano 2	834,10	828,80
Ano 3	762,36	786,98
Ano 4	701,60	727,34
Ano 5	604,62	675,38
Próximos 5 anos	2.350,02	2.526,80
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	31/12/2022	31/12/2021
Taxa nominal de desconto	11,71%	10,33%
Taxa nominal de crescimento salarial	6,31%	7,12%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,08%	5,02%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,08%	5,02%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido	31/12/2022	31/12/2021
Taxa nominal de desconto	10,33%	7,03%
Taxa nominal de crescimento salarial	5,06%	5,34%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,02%	3,27%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,02%	3,27%
	AT-2000	AT-2000
	Segregada por	Segregada por
	Sexo -	Sexo -
	Desagravada em	Desagravada em
	10%	10%
Tábua de mortalidade		
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958

(e) Ativos por categoria

Planos superavitários – Valiaprev

	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia
Renda fixa	25.919	18.641	Níveis 1 e 2
Renda variável	4.741	3.049	Níveis 1 e 2
Estruturado	3.889	2.826	Nível 3
Exterior	523	860	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	1.115	694	Nível 3
Total dos investimentos	36.187	26.070	
Valores a pagar / receber	(1)	(1)	
	36.186	26.069	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 - Instrumentos financeiros

29.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

A área de Tesouraria Corporativa presta serviços para empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos que analisam as exposições por grau e importância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (incluindo o risco cambial e o risco de taxa de juros), o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado referente a preço e demanda são monitorados e administrados por equipes dedicadas de Inteligência Comercial (Mercado), Precificação e Suprimentos. Por sua vez, os riscos operacionais são monitorados e administrados por equipe própria de Seguros, mediante Programa de Gerenciamento de Riscos.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos usando instrumentos financeiros derivativos para proteger contra essas exposições ao risco. O uso de instrumentos financeiros derivativos é regido pelas políticas do Grupo aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados ao risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito, o uso de derivativos financeiros, instrumentos financeiros não derivativos e o investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pelos auditores internos continuamente. O Grupo não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Importações em andamento	Previsão de fluxos de caixa	Swaps cambiais e NDFs
	Empréstimos em moeda estrangeira (i)	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e aplicações financeiras (i)	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ ratings de instituições financeiras e clientes Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
	Liquidez das aplicações financeiras	Análise da carência e vencimento das aplicações financeiras	Monitoramento dos limites de crédito/ ratings de instituições financeiras

(i) Sem exposição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das *commodities* transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado e para tal, é política do Grupo identificar e mitigar os riscos financeiros decorrentes da contratação das operações financeiras e dos fluxos (pagamentos e recebimentos) em moeda estrangeira e, com foco na redução da volatilidade do fluxo de caixa e preservação patrimonial.

O Risco Cambial é monitorado através da análise das obrigações em moeda estrangeira (ativa e/ou passiva) registradas no Grupo, tais como captações em moeda estrangeira, importações e eventuais projeção de vendas para clientes *offshore*.

É facultada ao Grupo a possibilidade de contratar obrigações em moeda estrangeira pelo prazo de até 24 meses e limitadas ao valor individual ou agregado de USD 40 milhões. As obrigações em moeda estrangeira podem ser contratadas por qualquer empresa do Grupo, sendo certo que o somatório de todas as obrigações contratadas não poderá ultrapassar USD 40 milhões.

Na avaliação de novos projetos de investimento o risco cambial e possíveis mitigadores, quando existentes, serão analisados no processo decisório de investimento.

Para qualquer obrigação de prazo superior a 24 meses ou em valor individual ou agregado superior a USD 40 milhões, o Grupo deve buscar proteção junto ao mercado financeiro através de operações de *hedge accounting*.

É prática da Companhia contratar instrumentos financeiros derivativos (NDFs – *Non-deliverable forwards*) (Nota 29.2) para gerir o risco de câmbio associado às transações de importação identificadas e em andamento. Esta proteção não se qualifica como *hedge accounting* e portanto, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em resultados financeiros.

Estas operações não possuem inefetividade, uma vez que a contratação das NDFs se dá casada com a data de liquidação dos contratos de câmbio atrelados as importações já em andamento.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio

A Companhia está principalmente exposto ao dólar (USD), dólar australiano (AUD), Euro (EUR), Renminbi chinês (CNY) e dólar canadense (CAD).

A tabela a seguir descreve a sensibilidade da Companhia a uma variação de 20% e 35% em comparação a moedas estrangeiras relevantes, além do cenário provável que está embasado nas cotações cambiais futuras na data de vencimento das posições. A análise de sensibilidade inclui somente os itens monetários expressos em moeda estrangeira em circulação e ajusta sua conversão no final do exercício. A análise de sensibilidade inclui adiantamentos de importação, fornecedores e os eventuais instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção.

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Variação de +/- 20%	Variação de +/- 35%
Caixa e equivalentes de caixa	26	26	31	35
Fornecedores	(22)	(21)	(26)	(30)
	4	5	5	5

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Efeito líquido no resultado

1 - 1

Taxas de conversão:

	USD	AUD	EUR	CNY	CAD
Exercício findo em 31/12/2022	5,2171	3,5445	5,5666	0,7561	3,8542

O cenário provável utiliza taxas de câmbio das expectativas de mercado divulgadas em cada data base, para o prazo médio de vencimento das obrigações.

Na opinião da Administração, a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente porque o exercício e a exposição não refletem a exposição durante o exercício.

(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros porque aplica recursos atrelados ao CDI e tem obrigações atreladas ao (CDI). O risco é gerido pelo Grupo mantendo um mix adequado entre empréstimos a taxas fixas e variáveis, e através do uso de contratos de *swap* de taxa de juros. As atividades de *hedge* são avaliadas regularmente para fins de alinhamento com as taxas de juros e o apetite de risco determinado, garantindo a aplicação das estratégias de custo de *hedge* mais eficazes.

O risco a indexadores é monitorado através da análise da sensibilidade sobre a receita financeira com aplicações financeiras e das despesas financeiras com endividamento contratado, mensurado trimestralmente.

A análise de sensibilidade apresenta quatro cenários, sendo um cenário real do período, um cenário provável e dois cenários adicionais.

O cálculo dos três cenários de sensibilidade deverá ser realizado aplicando os fatores simulados abaixo sobre a receita e despesas financeiras realizadas no período:

Receita financeira com aplicações (CDI):

- Cenário real: CDI corrente (final do período analisado) e Receita Financeira apurada;
- Cenário I: 90% do CDI corrente e receita financeira projetada (-10%);
- Cenário II: 80% do CDI corrente e receita financeira projetada (-20%);
- Cenário III: 65% do CDI corrente e receita financeira projetada (-35%).

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 5), mútuo (Nota 17) e as obrigações de arrendamentos e concessões (Nota 18), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

Os cenários I, II e III foram calculados com deterioração de 10%, 20% e 35% sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31/12/2022				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
CDI	13,65%	12,29%	10,24%	6,83%

	31/12/2022	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado	33.352	30.017	25.014	16.676

(b) Risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou a política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

Os trabalhos de avaliação de risco de crédito comercial e concessão de limite de crédito são executados utilizando-se de processo de análise de risco de crédito e tendo como referência, sobretudo, as informações fornecidas pelos clientes, agências de proteção ao crédito e agências de *rating*.

As variáveis selecionadas como “Positivas” para a aprovação de limite de crédito são:

- O tempo de mercado da empresa solicitante de crédito e a sua reputação;
- Elevada pontualidade de pagamento e classificação de baixo risco nas principais agências de proteção ao crédito;
- Elevada classificação de risco de crédito pelas agências de *ratings*, quando disponíveis;
- Boa classificação dos principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do negócio do cliente (constantes nos dados contábeis do cliente, já devidamente auditados, sempre que disponíveis);
- Disponibilidade de oferecer garantias complementares ao processo.

As variáveis selecionadas como “Negativas” para a aprovação do limite de crédito são:

- A presença de apontamentos restritivos considerados elevados, tanto em quantidade, quanto em montantes individuais. Esta verificação deverá ser feita não somente na empresa solicitante do crédito, mas também nas empresas coligadas e nos sócios ou acionistas.
- Baixa pontualidade de pagamento junto ao Grupo;
- O não atendimento dos pré-requisitos mínimos de análise de risco de crédito para as variáveis consideradas “Positivas”.

A validade do limite de crédito de cada cliente será de até 365 dias contados a partir da sua aprovação e cadastro no sistema. Entretanto, é reservado à Gerência Geral Financeira o direito de atribuir prazo de validade inferior a 365 dias, conforme classificação de risco do cliente.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (i)	443.958	193.828
Contas a receber de terceiros (ii)	71.076	58.038
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	360.931	338.754
Contas a receber da RFFSA (União) (ii)	127.502	120.394
	1.003.467	711.014

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

Não são permitidas as aplicações em:

- títulos pré-fixados de qualquer natureza;
- títulos de emissão de empresas estatais não-financeiras;
- renda variável, tais como ações ou fundo de ações;
- títulos de emissão de empresas privadas sem garantia de instituição financeira;
- títulos, fundos ou outros instrumentos que possam implicar em perda do principal investido.

- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 20.794 (2021 – R\$ 14.024) é devido pela MRS Logística S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu perdas por redução ao valor recuperável com contas a receber no montante de R\$ 18.462 (2021 – R\$ 13.190). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

(c) Risco de liquidez

A gestão de fluxo de caixa do Grupo está embasado em política interna e contempla:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Elaboração de fluxo de caixa individual por empresa e consolidado em base mensal com horizonte de 24 meses, considerando os cenários pessimista, conservador e moderado, que serão derivados de diferentes previsões de geração de caixa operacional;
- Reportar mensalmente para o comitê financeiro atualizações do fluxo de caixa e seus respectivos cenários, observando eventuais riscos de quebra de *covenant*, refinanciamento e caixa mínimo;
- Caso sejam identificadas alterações estruturais nas premissas de caixa com impacto negativo nos níveis de liquidez a Diretoria Executiva irá apresentar ao Conselho de Administração:
 - Análise do impacto no fluxo de caixa de curto e médio prazos em diferentes cenários;
 - Recomendação de ações corretivas de impacto imediato que podem contemplar interrupção temporária de pagamentos, revisão do plano de investimento e captação de recursos para reforçar o caixa do Grupo.

O Grupo deverá manter um saldo mínimo consolidado de caixa com o objetivo de evitar que as ocorrências de flutuações em sua geração operacional afetem sua capacidade de cumprir com suas obrigações. O cálculo acompanha metodologia calculada anualmente durante o ciclo orçamentário e submetido para aprovação pelo Conselho de Administração, juntamente com a aprovação do orçamento, sendo composto por:

- Obrigações operacionais e financeiras de curto prazo;
- Composição de saldo reserva para aquisição de intangível;
- Investimentos correntes essenciais à manutenção das operações do Grupo;
- Investimentos de capital não financiados, equivalente a 30% do total de investimento de capital.

Por ser resultado de um processo dinâmico, os saldos de caixa mínimo definidos para cada exercício social poderão ser revistos nos seguintes casos:

- Alterações adversas no mercado doméstico e/ou internacional com potencial de impacto nas premissas de receita ou custo utilizadas no ciclo orçamentário;
- Alterações no plano de negócio do Grupo, incluindo aquelas relacionadas ao plano de investimentos, com impacto no caixa de curto prazo;
- Decisões jurídicas e/ou fiscais desfavoráveis com potencial de consumo substancial de caixa no curto ou médio prazo;
- Alterações adversas no mercado de crédito que impacte o plano de financiamento proposto para o exercício.

Caso se verifique a impossibilidade de cumprimento do caixa mínimo tal fato deve ser comunicado pelo Diretor Financeiro ao Conselho para alinhamento sobre a definição de um novo patamar de caixa mínimo para o respectivo exercício social em conjunto com as ações mitigadoras.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2022:

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 6 anos	Acima de 6 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	171.860	107.252	876.882	312.088	-	-	1.468.082
Arrendamentos e concessão (i)	652.649	691.705	548.372	419.158	95.563	124.906	2.532.353
Fornecedores	400.367	-	-	-	-	-	400.367
Contas a pagar	22.089	-	-	-	-	-	22.089
Mútuo	100.090	-	-	-	-	-	100.090

(i) Inclui obrigações de pagamento atreladas a Resolução 4.131 (Nota 18).

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando, os prazos de vencimento.

A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2022 capital circulante líquido negativo de R\$ 338.663 (2021 – R\$ 622.610). A Companhia possui historicamente geração de caixa operacional positiva suficiente para cobrir suas atividades de investimentos, conforme demonstrado na demonstração dos fluxos de caixa anuais. O capital circulante líquido negativo faz parte dos negócios da Companhia, sendo sua indústria de capital intensivo e de longo prazo. A FCA opera no contexto do Grupo, que possui outras concessões de ferrovias e portos. Sempre que necessário o Grupo realiza operações financeiras de mútuo ou aportes de recursos nas suas empresas controladas, conforme histórico detalhado nas Notas 17 e 20, respectivamente.

Ainda com relação à gestão de liquidez, cabe ressaltar que a Companhia possui Política de Caixa Mínimo e Plano de Captações aprovados pelo Conselho de Administração e em execução que permitem o acompanhamento e a manutenção de patamar de liquidez adequado às companhias operacionais.

Sempre que necessário o Grupo realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas, conforme histórico de aportes detalhado na Nota 21.

A dívida líquida da Companhia é composta por empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	513.658	-
Debêntures	601.032	-
Mútuos	100.090	100.612
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(443.958)	(193.828)
Dívida líquida	770.822	(93.216)
	63,45%	(92,65%)

(d) Risco operacional

A FCA possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade civil geral	<i>All risk</i>	30/06/2023	R\$ 26.000
Riscos operacionais	<i>All risk</i>	30/06/2023	R\$ 300.000
Responsabilidade civil do transporte ferroviário - RCTF-C	<i>All risk</i>	31/07/2023	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	30/06/2023	24 x Salário Base
Vida em grupo	Estagiários	30/06/2023	R\$ 13
Riscos ambientais	<i>All risk</i>	30/03/2023	R\$ 50.000
Acidentes pessoais	Trens turísticos	17/12/2023	R\$ 10

(e) Gestão de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios das entidades do Grupo de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2019.

O Grupo não está sujeito a nenhuma exigência externa sobre o capital.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo. A origem de recursos se baseia em capital próprio e com a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir.

	31/12/2022	31/12/2021
Total passivo	4.597.180	3.991.187
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(443.958)	(193.828)
	4.153.222	3.797.359
Patrimônio líquido	1.982.768	4.524.424
Total patrimônio líquido	1.982.768	4.524.424
	209,47%	83,93%

29.2 – Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui exposição em derivativos futuros (NDF – *non-deliverable forward*).

29.3 - Estimativa de valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e as empresas do Grupo não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos níveis 1 e 3.

Informações (*inputs*) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (*inputs*) de Nível 2

Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativo	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	443.958	193.828	443.958	193.828	-
Contas a receber de terceiros	52.614	44.848	52.614	44.848	-
Contas a receber de partes relacionadas	360.931	338.754	360.931	338.754	-
Contas a receber da RFFSA (União)	127.502	120.394	127.502	120.394	-
	985.005	697.824	985.005	697.824	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores terceiros	384.393	340.280	384.393	340.280	-
Contas a pagar	22.089	10.140	22.089	10.140	-
Fornecedores partes relacionadas	15.974	25.383	15.974	25.383	-
Financiamento e debêntures	1.114.690	-	1.126.778	-	Nível 2
Mútuo	100.090	100.612	100.090	100.612	-
	1.637.236	476.415	1.649.324	476.415	

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A. - FCA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Rute Melo Araújo
Presidente do Conselho

Conselheiros

Diego Motta Zanella
Alessandro Pena da Gama
Ademilson Adailzo da Silva

Suplentes

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto
Paulo Vieira Bogea
João Paulo Pereira

Diretoria

Alessandro Pena da Gama
Diretor Presidente

Carolina Hernandez Tascon
Diretora Comercial

Fabício Rezende de Oliveira
Diretor de Planejamento

Diego Mota Zanella
Diretor de Operações

Leandro Fulgêncio Vieira
Diretor Financeiro e RI

Márcia Mara Chaves Resende
Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração de revisão das demonstrações financeiras e do relatório dos auditores independentes pelo Diretor de Relações com Investidores Pelo presente instrumento, o Diretor de Relações com Investidores da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 ("FCA"), para fins do disposto no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declara que::

- revisou, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da FCA relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2022, e
- revisou, discutiu e concorda com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras da FCA referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

No mais, reiteram seu compromisso com a transparência perante seus acionistas e o mercado em geral.